

Ato - 05
2000

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS
SOCIAIS

Projecto de Pesquisa

Estratégias de Segurança Alimentar e Nutricionais, sua relação com o
Parentesco:
O Caso do Distrito de Massangena (1975 - 1999).

“Projecto apresentado em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para
obtenção do grau de licenciatura em Antropologia da Universidade Eduardo
Mondlane”

Francisco António de Lisboa



Maputo, Dezembro de 2000

U.E.M. - UFICS
R. E. 4413
DATA 12 / 07 / 05
AQUISIÇÃO genta
COTA ATO - 05

DECLARAÇÃO

Declaro que este Trabalho de Fim de Curso (projecto de investigação) nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

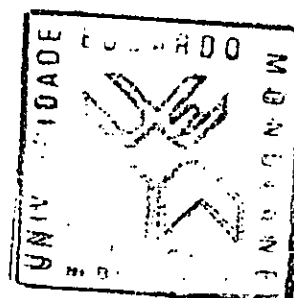
AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho a minha esposa e aos meus filhos que dia e noite suportaram as angústias desta jornada, para que com este trabalho se sintam inspirados a percorrer os duros e espinhosos caminhos da vida que os espera e que o futuro lhes sorria para sempre.

Ao Dr. Alexandre Mathe Supervisor deste trabalho que com a sua paciência e dedicação fez com que este barco chegasse a bom porto.

A todos aqueles que por vários motivos não tiveram acesso a educação e aos que neste momento sofrem duma insegurança alimentar e nutrição

ÍNDICE



- 1 – Introdução
 - 1.1 – Objectivos
 - 1.2– Problemática
 - 1.3 – Metodologia
 - 1.3.1 – Métodos de recolha de informação
 - 1.3.2 - 1ª Fase
 - 1.3.3 - 2ª Fase
 - 1.3.4 – Metodologia de pesquisa de campo
 - 1.4 – Revisão Bibliográfica
 - 1.4.1 – Segurança alimentar: um conceito em evolução
 - 1.5 - Geografia e história da região
- 2 – O Sistema de segurança alimentar em Moçambique
 - 2.1 – O papel da mulher na segurança alimentar e nutrição
 - 2.2 – A problemática da pobreza nas zonas rurais
- 3 – Parentesco, alianças e acesso aos recursos
- 4 – Estratégias de segurança alimentar e nutrição em Massangena
 - 4.1 – Produção, consumo alimentar, sistemas de produção e problemas nutricionais
 - 4.2 – Fontes complementares da dieta
 - 4.3 – Tabus alimentares
 - 4.4 - Estratégias de sobrevivência

4.4.1 – Posse da terra

4.4.2 – Agricultura

4.4.3 – Pecuária

4.4.4 – Arboricultura

4.4.5 - Água

5 – Conclusões e recomendações

6 - Bibliografia

7 - Anexos

ABREVIATURAS

- AHM – Arquivo Histórico de Moçambique
- CE – Comissão Europeia
- CEA – Centro de Estudos Africanos
- CEP – Centro de Estudos da População
- DAA – Departamento de Arqueologia e Antropologia
- DDA – Direcção Distrital de Agricultura
- DPCCN – Departamento de Prevenção e Combate as Calamidades Naturais
- ESAN – Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional
- FEWS – Sistema de Aviso-Prévio
- FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
- FSU-EC – Unidade de Segurança Alimentar da Comissão Europeia
- ICS - Instituto de Comunicação Social
- IAF – Inquérito dos Agregados Familiares
- IFAD – International Fund for Agricultural Development
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- INIA – Instituto Nacional de Investigação Agronómica
- MAP – Ministério de Agricultura e Pescas
- MICTUR – Ministério da Indústria Comércio e Turismo
- MISAU – Ministério da Saúde
- MSF – Médicos Sem Fronteira
- OMS – Organização Mundial da Saúde

RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano

UAP – Unidade de Alívio a Pobreza

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UFICS – Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

O presente estudo foi realizado nas comunidades rurais do distrito de Massangena na província de Gaza. O distrito ocupa uma faixa árida do Norte da província que é caracterizada por condições menos favoráveis à agricultura. Os solos não são de boa qualidade, são pouco férteis, a pluviosidade é baixa e irregular, apresentando uma variação entre 400 a 600 mm de chuva por ano.

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica e de um trabalho de campo realizado neste distrito.

O trabalho de campo baseou-se em inquéritos/entrevistas. O grupo alvo seleccionado foram as famílias pobres (cerca de 30 famílias entrevistadas) pois estas apresentam-se vulneráveis, possuindo poucas alternativas de sobrevivência, a sua alimentação depende da sua própria produção durante um período de 3 a 4 meses, ficando depois dependentes de donativos ou do trabalho em troca de comida.

Uma outra alternativa é o recurso a frutos silvestres, raízes, tubérculos, folhas e outras dedicam-se ao fabrico de bebidas, venda de produtos artesanais, carvão, lenha e carne de caça.

Algumas famílias recebem remessas de familiares trabalhando na África do Sul e Zimbabwe.

O objectivo principal foi procurar avaliar as solidariedades de parentesco na disponibilidade, acesso e utilização de alimentos na região e estratégias familiares de sustento que as comunidades rurais adoptam nos períodos de secas, cheias, guerras, pragas e em outros períodos em que se verificam problemas de insuficiência alimentar.

A análise da pobreza nas zonas rurais, os sistemas de segurança alimentar adoptadas em Moçambique, assim como o papel que a mulher desempenha na segurança alimentar, foram fundamentais para o presente estudo.

1 - INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura examinar os principais aspectos culturais ligados a produção, redistribuição e consumo de alimentos, bem como avaliar o papel das solidariedades relativas ao parentesco na minimização das carências alimentares em situação de crises, tomando como exemplo o estudo de caso das comunidades rurais do distrito de Massangena na província de Gaza.

As estratégias alimentares e nutricionais das comunidades rurais neste distrito relacionam-se sobretudo com a produção agrícola como principal fonte para a segurança alimentar onde a agricultura foi e continua a ser a actividade dominante nestas comunidades. A agricultura determinou e determina em última instância, a organização sócio-familiar. A par desta actividade económica dominante, desenvolve-se uma economia de actividades complementares como a caça, a colecta e artesanato.

As comunidades rurais não produzem apenas para renovar a sua força de trabalho imediata mas também para substituir aquela que vão perdendo definitivamente ou temporariamente pelas relações de produção e de reprodução que se estabelecem, através da circulação de bens e das alianças matrimoniais. De acordo com Meillassoux "as condições do meio, associadas ao nível dos conhecimentos adquiridos, à natureza do produto e as condições objectivas da sua produção, contribuem para estabelecer relações de produção decisivas que se manifestam por um dominio mais ou menos avançado do modo de reprodução social necessária à reconstituição das relações de produção"(Meillassoux, 1976 : 60).

No distrito de Massangena a insuficiência de produção alimentar, o fraco nível de poupança monetária das populações nos períodos de crise alimentar para a aquisição de sementes e a falta de instrumentos de produção faz com que as pessoas sofram de uma insegurança alimentar crónica, com poucas alternativas de sobrevivência, sofrendo de malnutrição e susceptíveis a doenças, pois que a adequação da dieta não está unicamente condicionada a produção agrícola mas

também à correcta utilização dos alimentos o que contribui para a eficiência nutricional porque nem sempre as pessoas comem pouco por falta de alimentos mas sim comem mal.

O presente trabalho teve como pressupostos: a identificação das principais fontes de produção e aquisição de alimentos no seio das populações em estudo; identificar os hábitos nutricionais da região e os principais problemas; as carências alimentares dentro do grupo de parentes através de uma análise do papel das relações de parentesco no processo de disponibilidade, acesso e utilização dos alimentos; demonstrar como a estrutura de parentesco pode exercer um papel fundamental na organização da produção, distribuição e consumo de alimentos; contribuir para a melhoria da efectividade dos programas de desenvolvimento rural, produção alimentar e planeamento para garantir a segurança alimentar.

Para o alcance desses pressupostos , partimos da problemática para analisar os constrangimentos que afectam as populações rurais do distrito em estudo nomeadamente: o sistema de segurança alimentar, o papel da mulher na segurança alimentar nas zonas rurais em Moçambique; o parentesco e acesso aos recursos; estratégias de segurança alimentar e nutrição no distrito de Massangena partindo da produção familiar, os sistemas de produção, problemas nutricionais e culturas alimentares; fontes complementares da dieta; tabus alimentares; estratégias de sobrevivência, etc. para tal escolhemos cinco variáveis que achamos pertinentes para o alcance do nosso objectivo neste estudo que são: posse de terra, agricultura, pecuária, arboricultura e água.

O grupo alvo foram as famílias pobres (cerca de 30 famílias entrevistadas), pois estas apresentam poucas alternativas de sobrevivência, pois só se alimentam da sua própria produção durante 3-4 meses e o resto vivem de donativos ou trabalham em troca de comida, algumas alimentam-se de frutos silvestres, raízes, tubérculos, folhas e outras dedicam-se ao fabrico de bebidas, venda de produtos artesanais, carvão, lenha, animais e as vezes recebem remessas de familiares da África do Sul e do Zimbabwe.

1.1 – Objectivos

O objectivo principal deste trabalho é avaliar as solidariedades de parentesco na disponibilidade, utilização e acesso a alimentos em situações de insuficiência alimentar.

Ele surge não somente como resposta a falta de informação de cariz sócio-cultural, sobretudo antropológica ligada à segurança alimentar e nutricional mas também pretende contribuir para a revitalização da ideia da realização de estudos sócio-antropológicos na concepção dos programas de segurança alimentar e nutricional por forma a conhecer a realidade cultural do vasto território moçambicano, particularmente das comunidades em análise.

Pretende-se também contribuir em termos de métodos para a segurança e sucesso de vários programas e projectos de desenvolvimento rural, particularmente no sector agrícola neste momento de transformações sócio-políticas que o sector atravessa.

Um estudo desta natureza pode contribuir para o estudo das relações que as populações adoptam como estratégia de sobrevivência nos períodos de inundações, estiagens, pragas, guerras e em outros casos de insuficiência alimentar.

A realização de um levantamento de dados sócio-antropológicos (hábitos e costumes locais, crenças das populações, mitos, formas de organização tradicionais das populações, perspectivas e aspirações, etc.) constituem um alicerce fundamental em conexão com os dados sócio-económicos para a eficiência dos programas de desenvolvimento e estratégias para a segurança alimentar e nutricional no país.

As estratégias alimentares e nutricionais passam necessariamente pelo reconhecimento das especificidades das relações de parentesco de cada grupo social, região ou comunidade, de modo que sejam aproveitadas para o benefício das comunidades rurais.

Este trabalho pode constituir uma contribuição para o conhecimento e apreciação dos modelos e funções das estruturas das comunidades rurais do país pelas instituições do Estado ligadas a administração e planificação das actividades de segurança alimentar e nutrição e contribuir para a futura

integração nos currículos escolares do ensino técnico médio agrário de matérias relacionadas com a segurança alimentar e nutricional. Podemos aferir como diz Balandier que este trabalho pode constituir “um instrumento de descoberta e estudo de diversas instituições culturais e políticas que asseguram o governo dos homens” (Balandier, 1987 : 16).

1.2 – PROBLEMÁTICA

Moçambique está numa fase de transição política e económica com níveis de crescimento económico relativamente altos mas também sofrendo uma insegurança alimentar crónica e apresentando altos níveis de pobreza principalmente nas zonas rurais: o país depende extremamente da agricultura tanto para o consumo como para o rendimento. A fraca infraestrutura social e económica determina que as fontes alternativas de rendimento sejam raras e, por isso, a maior parte da população permanece vulnerável as calamidades naturais tais como: secas, cheias, pragas, etc.

A rede de comercialização é fraca; as infraestruturas de serviços tais como postos de saúde e escolas ainda estão em processo de reabilitação e construção.

A importância do papel da produção agrícola familiar na alimentação, tem sofrido certos constrangimentos pelo facto de os camponeses não terem um acesso adequado a terra e outros serviços que lhe permitam o aumento da produtividade como o crédito, insumos agrícolas, treinamento e serviços de extensão adequados. Estes constrangimentos contribuem para a insegurança alimentar e nutricional pois que esta compreende dois componentes:

o risco de ocorrência de um evento (e.g. seca, ciclone, cheias, pragas) e a capacidade de adaptação das famílias perante esse evento (rendimento, bens de poupança e outras fontes). Níveis de rendimento e bens (capacidade de recurso interno)¹ são importantes na garantia da segurança alimentar da população a curto prazo.

¹ Capacidade de recurso interno é definida como capacidade das comunidades e famílias quer colectiva, quer individualmente, para a localização de recursos para aliviar um risco provocado por calamidades. (Grupo inter-sectorial de mapeamento e avaliação da vulnerabilidade - MAP, MPF, MISAU, FEWS, PMA, FAO - Maputo. Março, 1998)

Na lógica das relações entre valores culturais e económicos dominantes na sociedade, entrelaçam aspectos referentes ao comportamento etno-cultural do grupo a que pertence o camponês.

Em que medida o modelo familiar das relações de parentesco orienta o comportamento dos membros das comunidades nas actividades produtivas.

O entendimento da actividade agrícola das comunidades rurais em Moçambique deve passar por uma abordagem histórica dos impactos da dominação colonial, pois segundo Helene Verin "as relações económicas estão ligadas a outras relações que envolvem o parentesco, estruturas religiosas e outras estruturas sociais" (Helen Verin, 1983 : 25).

Dé acordo com Alain Marie e para a etnologia clássica, se o parentesco se manifesta a todos os níveis da realidade social, familiar, económica, política, religiosa, ideológica, como um conjunto de relações efectivas e como esquema de organização e inspiração; se além disso, aparece sempre como o nível da realidade que explica os outros (vive-se em conjunto, trabalha-se em conjunto, come-se em conjunto, casam-se e não se casam entre si, faz-se parte de uma mesma unidade política, partilha-se as mesmas crenças, etc., porque se é parente e/ou aliado), é porque o parentesco é denominador comum que permite explicar o funcionamento de cada um dos níveis e analisar a sua articulação (Alain Marie, 1976 :155).

Assim sendo o parentesco é efectivamente a instância central, que permite explicar todas as relações existentes numa sociedade, e é um dado preexistente, natural, necessário sempre omnipresente a partir da qual se edifica o resto.

Maurice Godelier retoma por sua vez as constatações da etnologia clássica: se é fácil distinguir as forças produtivas actuantes nas diferentes actividades económicas (caça, agricultura, criação de gado, etc.), é, pelo contrário impossível "isolar" as relações de parentesco autónomas e específicas. Quando muito elas podem ser detectadas "no próprio funcionamento das relações de parentesco". Com efeito, as relações de parentesco "determinam o direito do indivíduo ao solo e aos seus produtos, as obrigações de receber, dar, cooperar. Determinam igualmente a autoridade de alguns sobre os outros em matéria

política e religiosa" (Alain Marie, op. cit. p.158).

Em síntese para Levis-Strauss , "as relações de parentesco funcionam como relações de produção, relações políticas, esquema ideológico, pois que esta plurifuncionalidade explica ao mesmo tempo o facto de o parentesco ser dominante, ele desempenha todos os papéis, o facto de surgir como determinante enquanto sistema de relações de produção. O parentesco é aqui ao mesmo tempo infraestrutura e superstrutura" (Alain Marie, idem).

O modelo familiar orienta o comportamento dos camponeses na medida em que a família é a estrutura base da sociedade, fiel depositária e reprodutora de valores étnicos e religiosos da comunidade a que pertencem, é difusora transgeracional acumulativamente de todo o espaço de ocupação material e simbólico, ela é constituída em torno de um conjunto de variáveis de indivíduos ligados entre si por laços de filiação, ela encontra-se associada a um sistema hierárquico de papéis rigidamente distribuídos e dispostos na vertical, cuja lógica de funcionamento recorre a critérios tais como: sexo e idade (mais jovem/mais velho/ancestrais) em função dos quais se atribuem posições no interior da família.

Que estratégias familiares de sustento as comunidades rurais de Massangena adoptam para superarem as crises de insegurança alimentar, pois que a família como instituição da tradição e como factor determinante na produção de alimentos, adopta certos mecanismos na disponibilização e acesso a alimentos nos períodos de ciclo improdutivo, visto que o funcionamento de um ciclo agrícola depende no mínimo do funcionamento do ciclo anterior e assegura o ciclo seguinte. Em cada estação do ano durante o período improdutivo, as populações dependem para a sua sobrevivência da safra produzida no período anterior.

Tendo em conta que este trabalho constitui uma tentativa de demonstração dos principais aspectos sócio-culturais da estrutura do parentesco como podem exercer fundamental importância na organização da produção e na diminuição das necessidades alimentares entre os membros de uma comunidade contribuindo para a segurança alimentar.

A seguir apresenta-se as seguintes hipóteses que são sugeridas pela problemática principal.

- As relações de parentesco e as solidariedades familiares exercem um papel importante na produção, redistribuição e consumo ou seja na disponibilidade, acesso e utilização de alimentos. Condicionam a minimização da insuficiência alimentar e nutricional, particularmente nos períodos de carência (e.g. estiagens, cheias, pragas, guerras, etc.).
- A falta de terras para a agricultura e o fraco poder de compra entre as populações locais, a inadequada orientação da produção familiar através de programas de assistência técnica de natureza local tais como: apoio no âmbito da disponibilização dos instrumentos agrícolas, sementes melhoradas, água (com abertura de pequenos sistemas de irrigação) serviços de saúde e abastecimento de água, contribuem para a carência de alimentos e dificulta a prevenção contra as fomes cíclicas assim como no melhoramento da saúde das populações.
- As condições tecnológicas de produção associadas a inadequada dieta, provocam problemas não só de escassez dos produtos, assim como de problemas ligados ao estado nutricional das populações deste distrito. Os desequilíbrios nutricionais que se verificam tem as suas origens na concepção mito-mágico-religiosa que as populações dão a certos produtos. De acordo com Margaret Mead "as sociedades humanas satisfazem as suas necessidades alimentares de acordo com as condições oferecidas pelo seu meio ambiente e de acordo com as condições tecnológicas que possuem. A sobrevivência de um grupo humano, exige um regime alimentar que satisfaz as suas necessidades nutricionais mas o nível destas necessidades variam de sociedade para sociedade, quantitativamente e qualitativamente. O homem alimenta-se de acordo com a sociedade a que pertence. A sua cultura define a gama do que é comestível e as interdições alimentares que se distinguem eventualmente de outros grupos humanos" (Igor Garine, 1987 : 4).
- Os efeitos da guerra aliados a migração dos homens para as minas da Africa do Sul provocaram uma redução da mão de obra na agricultura

de subsistência.

- As estratégias matrimoniais através da poligamia e casamentos prematuros constituem uma forma de assegurar a produção de alimentos a nível familiar, criar uma segurança alimentar através do aumento de mão de obra e de terrenos de cultivo.

1.3 – METODOLOGIA

O método utilizado na recolha de informação foi baseado num pré-inquérito, inquirição e observação directa e participante, o que permitiu de certa forma ter o acesso a um tipo de informação que possibilitou ter uma visão quantitativa e qualitativa mais profunda sobre a problemática em estudo.

Este estudo relaciona as informações obtidas a partir de dados secundários específicos de segurança alimentar e nutrição (brochuras, revistas, documentos de consultoria publicados e não publicados, etc.) e gerais sobre a área de antropologia, com as informações obtidas através de fontes orais (informantes chaves) a partir de inquéritos previamente elaborados para o efeito e submetidos aos diferentes grupos sociais da comunidade rural em estudo e entrevistas aos agregados familiares

1.3.1 – MÉTODOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

1.3.2 – 1ª Fase

A pesquisa foi iniciada com um pré-inquérito e a construção do objecto teórico (processo que embora se apresente inicial, acompanhou a pesquisa em todas as suas fases). O primeiro momento comportou o levantamento bibliográfico sobre o assunto para um tratamento crítico dessas teorias explicativas relacionadas com questões de segurança alimentar e nutrição, hábitos alimentares, as principais características da organização sócio-económica das unidades linhageiras do distrito de Massangena, trabalho esse realizado a nível das bibliotecas em Maputo e Gaza, nos centros de documentação do AHM,

MISAU, MAP, divisão de documentação da UEM, CEA, biblioteca da Faculdade de Letras da UEM, UFICS e Paulinas, Governo Provincial de Gaza, DPCCN de Gaza, ICS de Gaza.

1.3.3 – 2ª Fase

Esta fase iniciou-se com a construção de diferentes questionários base para recolha de informações acerca da comunidade e culminou com a pesquisa de campo.

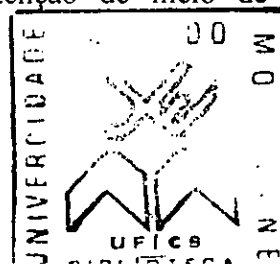
1.3.4– METODOLOGIA DE PESQUISA DE CAMPO

O processo de pesquisa de informação no terreno ao nível da região em estudo, contemplou os seguintes instrumentos metodológicos.

- a) Entrevistas com entidades oficiais provinciais e distritais e ONG's que trabalham na área de segurança alimentar e nutrição.
- b) Entrevistas com dirigentes locais, chefes tradicionais, líderes comunitários, religiosos e anciãos com reconhecida autoridade social a nível local.

Estas entrevistas visavam fazer um levantamento sobre os principais aspectos culturais relacionados com os costumes sociais, verificar o tipo de sistema de transmissão das regras de vida social, obter fontes para formular hipóteses sobre o modelo de vida e mecanismos de sobrevivência destes grupos sociais. Em relação aos objectivos destes contactos, eles visavam a percepção das instituições em relação ao assunto como também estabelecer comparações analíticas com outras comunidades na circulação de bens produzidos, redistribuídos e consumidos.

A pesquisa sócio-antropológica realizada no distrito circunscreveu-se apenas a Massangena sede e as localidades de Chicumbo, Chifumbaze e Cafamane. Isto deveu-se a razões de vária ordem, de entre as quais se inclui a exiguidade de recursos financeiros e dificuldades de obtenção de meio de transporte



adequado para as regiões de difícil acesso e mais distantes. Contudo, este aspecto foi colmatado com entrevistas a indivíduos que operam nessas regiões e/ou tem mantido contactos com pessoas que lá vivem ou operam.

1.4 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

De um modo geral a problemática da segurança alimentar é analisada por várias correntes de uma forma mais economicista do que antropológica. Nesta revisão bibliográfica, tentaremos fazer uma abordagem dessas correntes economicistas, não descurando a perspectiva antropológica que é o objectivo do nosso trabalho.

Na actualidade pouca bibliografia existe referente a este tema, a abordagem que se segue foi extraída maioritariamente de relatórios dos vários seminários realizados sobre segurança alimentar e nutricional.

No seminário sobre “Políticas de segurança alimentar : perspectivas a longo prazo”², várias correntes defenderam que: “durante muito tempo, a auto-suficiência e a elaboração de estratégias nacionais alimentares explícitas não receberam a devida atenção nas políticas económicas nacionais”. No decurso do período, que podemos resumir sob a fórmula “Estado forte e mercado fraco”, a legitimidade das intervenções de controlo e de enquadramento do mercado por instituições económicas centralizadas públicas foi muito pouco contestada. A Segurança Alimentar era um dos aspectos das políticas nacionais de independência e de desenvolvimento.

Entretanto, como se sabe, a eficácia dessas intervenções acabou sendo fraca, e até mesmo negativa. Até mesmo os países mais doutrinários não conseguiram alcançar os seus objectivos. Pelo contrário, o crescimento demográfico, os aumentos dos níveis de rendimento e das desigualdades, as instabilidades constatadas nos mercados internacionais e as distorções nos sistemas de preços desmotivaram os produtores, fizeram com que os consumidores substituíssem mercadorias de maneira ineficaz e produzissem desequilíbrios ingeríveis nos orçamentos públicos.

² Seminário sobre “Políticas de segurança alimentar : perspectivas a longo prazo”. Bruxelas, Abril 1996.

Na fase posterior, a erosão da posição intervencionista, por razões internas e externas, acabou por inverter a situação: o mercado tornou-se forte, pelo menos teoricamente, diante de um Estado cada vez mais enfraquecido. Na perspectiva de reorganização das economias pela desregulação, pelos ajustamentos estruturais e pela internacionalização, a questão da segurança alimentar praticamente desapareceu – e com ela, algumas das estratégias de auto-suficiência alimentar e de desenvolvimento endógeno. Procurou-se que o mercado exercesse sua função de ajustar a oferta e a procura. A questão alimentar seria resolvida pela optimização da concessão de recursos e pelo restabelecimento da liberdade dos actores (produtores e consumidores) no mercado. A malnutrição e a insegurança alimentar³ podiam ser vistas como problemas residuais que seriam resolvidos através do crescimento. As políticas dirigidas aos grupos mais pobres e às operações pontuais de assistência em épocas de crises foram vistas na década de 80 como a solução eficaz para a insegurança alimentar.

1.4.1 - Segurança alimentar: um conceito em evolução

A ideia de segurança alimentar foi exposta pela primeira vez por ocasião da Conferência Mundial sobre alimentação em 1974. Após um grande aumento nos preços dos alimentos no mundo nos dois anos precedentes, insistiu-se sobre a oferta e como regulamentá-la. Neste contexto, a segurança alimentar consistia em “dispor a todo instante de um nível adequado de produtos básicos

³ A malnutrição é definida aqui como a deficiência de micronutrientes que é a perturbação causada pela deficiência de vitamina A, deficiência de ferro e deficiência de iodo. A malnutrição em micronutrientes tem um efeito negativo de longa duração na saúde, capacidade de aprendizagem e produtividade, constituindo por isso, um grande impedimento ao desenvolvimento sócio-económico e contribui para o círculo vicioso do subdesenvolvimento em detrimento dos grupos mais desfavorecidos.

A insegurança alimentar é definida como a situação em que as pessoas estão incapacitadas de adquirir alimentos suficientes em qualquer momento. Importa distinguir dois tipos de insegurança alimentar, quanto a sua dimensão temporal:

Insegurança alimentar crónica refere-se à uma falta persistente de poder de compra ou outra forma de obtenção de alimentos.

Insegurança alimentar transitória refere-se à falta temporária de poder de compra ou acesso à produtos alimentares, por falhas nos mecanismos amortecedores do agregado familiar em épocas de instabilidade de produção, flutuação dos preços dos produtos alimentares ou dos rendimentos do agregado familiar. Tal pode acontecer de uma maneira cíclica, como as épocas de fome inter-colheitas, ou esporádica, como resultado de um choque externo (cheias).

para satisfazer o consumo crescente e atenuar as flutuações da produção e dos preços”.

A auto-suficiência alimentar preconizada por muitos governos, especialmente na África, revelou, no início da década de 80, as insuficiências de uma abordagem macro-económica baseada na oferta. O conceito alargou-se, então, ao acesso aos recursos alimentares, mas restava uma questão: a unidade básica deveria ser o agregado familiar ou o indivíduo? A definição mais corrente foi tirada de um estudo do Banco Mundial em 1986, que considerou as interacções complexas entre o indivíduo, a família, a comunidade, a nação e a economia internacional: “a segurança alimentar é o acesso de cada indivíduo a todo momento a recursos alimentares permitindo levar uma vida sã e activa”.

A fome em África de 1984/85 provocou uma outra mudança importante de perspectiva, a importância da estabilidade dos meios de sobrevivência dos indivíduos.

A definição foi então enriquecida: “uma sociedade dispõe de segurança alimentar quando satisfaz não somente as necessidades nutricionais dos seus membros, mas desenvolve também estruturas internas que lhe permitam manter reservas alimentares⁴ em períodos de crises”.

Aos poucos, o conceito de segurança alimentar passou a ter um significado mais subjectivo do que no começo, integrando a qualidade e a diversidade das necessidades de um indivíduo ao outro, o respeito aos hábitos alimentares locais para além duma abordagem apenas quantitativa: “um país dispõe de

⁴ O conceito de reserva de segurança alimentar foi muito difundido e apoiado nos países da África Subsahariana durante o período em que o Estado realizava uma forte intervenção na economia, em particular na produção e comercialização de alimentos, quer realizando estas funções directamente quer controlando a actividade do sector privado. Com a introdução de reformas económicas, os receios com respeito a instabilidade dos mercados, levaram os governos a desejar manter um controlo sobre o comércio de cereais. A existência de reservas estratégicas seria uma componente dessa intervenção, com dois objectivos principais: Primeiro a estabilização dos preços que envolve a compra de excessos da oferta de cereais no mercado e a acumulação de stocks, na época em que o mercado está abastecido, e a venda no mercado quando o produto começa a escassear. Segundo a ajuda humanitária, considerando que uma parte da população depende da produção de subsistência, os governos, em conjunto com os doadores e ONGs, continuam a ter a responsabilidade de intervir directamente em caso da ocorrência de carências alimentares. A necessidade do fornecimento dessa assistência pode ser determinada a muito curto prazo, em caso de ocorrência de um desastre súbito e imprevisto, o que têm constituído motivo de constituição de reservas alimentares com esse objectivo. Os analistas actuais consideram que do mesmo modo que reservas alimentares não são sinónimo de segurança alimentar, a segurança alimentar não é possível sem a presença de reservas estratégicas de alimentos com a participação comunitária na sua gestão. (ESAN/MAP, 1998)

segurança alimentar quando passa a não ter receio de não ter o suficiente para comer e quando os grupos mais vulneráveis, isto é, as mulheres e as crianças das zonas marginais, têm acesso aos alimentos que desejam”.

Para Simon Maxwell⁵ o conceito actual de segurança alimentar insiste sobre a necessidade de se ter flexibilidade, a diversidade das situações e a importância das percepções individuais. Estas idéias são próprias à corrente pós-moderna de pensamento que critica a aplicação à área social do método científico herdado do século XVIII. Esta corrente de pensamento têm implicações importantes para a área de desenvolvimento e de segurança alimentar. Hoje em dia, o princípio de toda política alimentar deveria ser a flexibilidade e a adaptação às circunstâncias.

Baseando-se no princípio de Maxwell da flexibilidade e adaptação às circunstâncias, a estratégia de segurança alimentar e nutricional de Moçambique, define a segurança alimentar como o acesso físico e económico, de todos os indivíduos, em todas as alturas, à alimentação suficiente e culturalmente aceite para poder sustentar uma vida activa e saudável. Existem três dimensões implícitas neste conceito que são a disponibilidade, acesso e utilização.⁶

Embora o conceito “cultura” seja polissémico podemos-nos debruçar sobre ele tomando em consideração o contexto moçambicano em que ele é aplicado

⁵ MAXWELL, Simon – “Food security : a post-modern perspective”. Le Courier de la Planète, nº 29, Agosto 1995.

⁶ Disponibilidade: significa a existência de quantidade suficiente de alimentos de qualidade adequada para cobrir todas as necessidades nutricionais em termos de quantidade (energia) e qualidade (que assegure todos os nutrientes necessários). Adicionalmente, os alimentos devem ser seguros (sem elementos tóxicos e outros contaminantes) e de boa qualidade (em termos de sabor textura etc.). Os alimentos disponíveis a nível nacional, nos mercados e a nível dos agregados familiares, deveriam ser tanto quanto possível, culturalmente aceitáveis. A disponibilidade de alimentos assegura-se através da produção, importações líquidas (incluindo ajuda alimentar) e das reservas disponíveis, deduzidas a perdas e outras utilizações para fins não alimentares.

Acesso: relaciona-se com a capacidade das famílias e indivíduos disporem de recursos suficientes para adquirir uma alimentação adequada para as suas necessidades, o que pressupõe a existência de uma sustentabilidade ambiental assente na gestão pública e comunitária apropriada dos recursos naturais que contribuem para o fornecimento de alimentos e de uma sustentabilidade económica e social, em termos das condições e mecanismos que asseguram o acesso à alimentos. Isso implica uma distribuição justa dos rendimentos, um sistema efectivo de mercados e redes de protecção sociais formais e informais.

Utilização: a utilização adequada de alimentos avalia-se a nível familiar e individual. A nível familiar, a utilização adequada de alimentos relaciona-se com o processo como os alimentos disponíveis são transformados numa dieta adequada (incluindo processos como a escolha dos alimentos, processamento, preparação dos alimentos, e distribuição intra-familiar). 13

numa plurifuncionalidade etno-cultural característico da sociedade moçambicana. Dois conceituados autores que escarpelizam da melhor forma este conceito integrando-o na problemática em estudo serão tomados como referência. O primeiro John Bodley⁷ que aborda a questão cultural em três dimensões: histórica, comportamental e normativa. Histórica porque ela é definida como a herança social, ou tradição, que é transmitida a futuras gerações. Comportamental, porque ela é compartilhada por todos os membros dessa sociedade como um modo de vida apreendido. A dimensão normativa, ela apresenta-se como uma norma, uma regra que orienta o *modus vivendi*, representa os ideais do grupo, como as pessoas pensam, agem, sentem, assim como os seus simbolismos e as suas produções materiais. Por sua vez (G. Rocher, 1989 : 111), define a cultura como “um universo mental, moral e simbólico, comum a uma pluralidade de pessoas, em função do qual as pessoas podem comunicar entre si, reconhecem laços, vínculos, interesses comuns, divergências e opiniões, e se sentem, cada um individualmente e todos colectivamente, membros de uma entidade que as excede e a que se chama um grupo, uma associação, uma colectividade, uma sociedade”.

Muitas agências de desenvolvimento têm visto o conceito de segurança alimentar e nutricional partindo duma visão micro relacionado com o agregado familiar – definido como acesso adequado a alimentos a todo o tempo e todo o ano, como um princípio que guia o desenho das suas intervenções nas zonas rurais. Este conceito está carregado de algumas importantes implicações para os teóricos do desenvolvimento, nomeadamente a necessidade de medir os resultados da segurança alimentar a nível individual e a nível do agregado familiar⁸. Medições da insegurança alimentar são sempre necessários no início de qualquer projecto de desenvolvimento através do acesso e do déficit que caracterizam a insegurança alimentar (sazonal versus crónica).

Segurança alimentar é um conceito que está sempre em constante evolução e que têm envolvido na sua abordagem diversos indicadores na óptica do agregado familiar. Para John Hoddinott⁹, existem aproximadamente 200 definições e 450 indicadores de segurança alimentar. A título de exemplo um

⁷ Bodley, J. – *Cultural Anthropology: Tribes, States, and the Global System* s/e, s/l, 1994

⁸ International Fund for Agricultural Development (TA Grant N° 301 – IFPRI).

⁹ HODDINOT, John – *Choosing Outcome Indicators of Household Food Security*. Technical

volume de segurança alimentar nos agregados familiares de Maxwell e Frankenberger (1992) lista em geral cerca de 25 definições e indicadores de segurança alimentar. Riely e Moock (1995) listam cerca de 73 um tanto desagregados do que as encontradas em Maxwell e Frankenberger. Chung et al. (1997) nota que mesmo um simples indicador tal como a razão da dependência pode aparecer com muitas diferenças. Eles têm cerca de 450 indicadores. Consequentemente um importante problema metodológico para os teóricos do desenvolvimento é determinar quais são os indicadores apropriados para o projecto proposto.

No trabalho de Maxwell e Frankenberger, a distinção é feita entre “processos indicadores”, aqueles que descrevem o fornecimento e acesso a alimentos e os “resultados dos indicadores” que descrevem o consumo de alimentos. Contudo os processos indicadores são suficientes para caracterizar os resultados dos indicadores. Chung et al. (1997) encontram que eles têm uma pequena correlação entre a larga escala dos processos indicadores e os resultados da medida de segurança alimentar. Estes encontram algum suporte na conclusão de algumas agências de desenvolvimento nomeadamente aquelas pequenas correlações entre o nível da área de produção de alimentos e a segurança alimentar a nível do agregado familiar.(IFAD, 1997 : 13).

B. Vergiette¹⁰ define a segurança alimentar através da redução da pobreza, pois que a introdução generalizada dos ajustamentos estruturais relançou o debate sobre as relações entre pobreza, desigualdade e desenvolvimento económico. O impacto negativo dos planos de ajustamento nos grupos de populações vulneráveis é geralmente admitido, apesar das controvérsias (segundo certas análises, a situação teria sido pior sem o ajustamento). Podemos, por isso, contentar-nos com medidas de acompanhamento e mecanismos de segurança para os mais desfavorecidos?

Diversos estudos foram realizados sem que conclusões tivessem emergido sobre as modalidades de tratamento da redução da pobreza. Parece que um nível elevado de desigualdades prejudica o desenvolvimento económico. É contudo, difícil determinar quais são os elementos mais prejudiciais desta desigualdade para o desenvolvimento e quais são os que dependem de uma

Guide # 7. Wageningen, March 1999.

¹⁰ B. Vergiette, Solagral in *Le courrier de la planète* n° 43, Janeiro 1998.

acção prioritária (redistribuição de propriedades ex. terras, redução das desigualdades nos rendimentos, formação de capital humano, etc.).

Os pobres não beneficiam necessariamente do desenvolvimento e, embora este contribua para reduzir a pobreza, ele não se traduz obrigatoriamente por uma redução das desigualdades. Mais do que o nível de pobreza inicial, é portanto a análise da natureza e dos elementos geradores de pobreza, que deve determinar as linhas directrices das políticas que devem ser implementadas para remediar a situação.

No seminário sobre as "Estratégias agrícolas sectoriais para a redução da pobreza na África Oriental e Austral"¹¹ chegou-se a conclusão que a segurança alimentar depende de três factores importantes que são:

1 - A segurança alimentar depende da natureza da expansão económica e nomeadamente do desenvolvimento da agricultura e do meio rural. A persistência do dualismo económico em muitos países em desenvolvimento é acompanhada de uma grande pobreza rural. Desde então o problema não é tanto desenvolver a produção para aumentar a segurança alimentar mas obter um desenvolvimento mais equilibrado, para fazer desaparecer a pobreza. Reduzir a insegurança alimentar nas regiões rurais significa aumentar a resistência aos choques por parte das pessoas pobres nas zonas rurais, assim como a segurança do ambiente económico das mesmas.

2 - A segurança alimentar depende do acesso aos meios de produção e aos recursos, especialmente aos recursos naturais. O acesso à terra e, em certos casos, a reforma agrária, são condições necessárias para melhorar a segurança alimentar. Para que os programas de redução da pobreza sejam eficazes a longo prazo, eles devem preocupar-se mais com a distribuição equitativa dos direitos do que com a distribuição directa dos alimentos. Visto que certos indivíduos são capazes de excluir as pessoas destes direitos, impedir o abuso do poder, tais como a concentração excessiva dos direitos à terra, é um imperativo para a segurança alimentar.

3 - A segurança alimentar depende do acesso a mecanismos de decisões públicas. Segundo a organização social e os modelos de desenvolvimento, as condições de acesso ao poder diferem. Ser pobre muitas vezes também quer

¹¹ Seminário sobre as "Estratégias agrícolas sectoriais para a redução da pobreza na África Oriental e Austral". Wageningen, Países Baixos, 23-25 de Novembro de 1998.

dizer não ter acesso a mecanismos de decisão, não ser reconhecido nos seus direitos de cidadão, não poder fazer tomar em linha de conta os seus interesses. Melhorar a segurança alimentar de todos também quer dizer melhorar a capacidade de negociação dos grupos marginalizados no interior de uma sociedade. As preferências colectivas de um país ou de um grupo de nações também são o produto das relações de força na sociedade e da prevalência do interesse de certos grupos em relação a outros.

Resumindo podemos afirmar que existem três condições básicas para que exista segurança alimentar que se definem pela disponibilidade, acesso e utilização dos alimentos acompanhados pela componente cultural que diz respeito à toda relação do Homem com e no seu meio – seja ela simbólica ou material.

1.5 - GEOGRAFIA E HISTÓRIA DA REGIÃO

Este distrito localiza-se a Noroeste da província de Gaza, ocupando uma área de 10.351 km², faz fronteira a Norte com o distrito de Machaze na província de Manica, a Oeste com o Zimbabwe, a Este com o distrito de Mabote em Inhambane e a Sul com os distritos de Chicualacuala e Chigubo.

Ocupa uma faixa árida do Norte da província que é caracterizada por condições menos favoráveis à agricultura. Os solos não são de boa qualidade, são pouco férteis, a pluviosidade é baixa e irregular, apresentando uma variação entre 400 a 600 mm de chuva por ano.

Segundo os dados do IIº Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997, o distrito de Massangena possui actualmente uma população estimada em pouco mais de 13.300 habitantes sendo 8.335 no Posto Administrativo de Massangena e 4.965 no Posto Administrativo de Mavue que se distribui pelas seguintes localidades segundo a tabela indicada.

Posto Administrativo de Massangena	
Localidades	Nº de Habitantes
Chicumbo	723
Chizumbane	588
Cufamane	1218
Mabonzo	1444
Mbocoda	2503
Maniange	624
Mapanhe	1235

Posto Administrativo de Mavue	
Localidades	Nº de Habitantes
Mavue	1819
Mucambeze	1825
Muzamane	374
Siquete	947

Fonte: INE (Censo/97)

Segundo as projecções demográficas a população do distrito apresentará as seguintes características em termos de crescimento populacional até o ano 2010 com uma percentagem de crescimento de 1.4% até o ano 2003, projectando-se uma descida de 1.2% até o ano 2010. Esta redução não têm nenhuma explicação segundo a nossa fonte mas aventamos a hipótese de que essa redução pode ser causada pelos efeitos do SIDA pois que o possível impacto duma epidemia de SIDA não foi incluído explicitamente nestas projecções cujo principal problema se deve a falta de informação fiável sobre prevalência de SIDA/HIV entre a população moçambicana. Estudos entre o INE, MISAU, MPF, CEP-UEM, estão sendo feitos para que no futuro próximo sejam elaboradas projecções de população considerando o efeito do SIDA. A tabela seguinte mostra-nos as projecções da população do distrito entre o ano 1997 a 2010.

ANO	POPULAÇÃO	CRESCIMENTO POPULACIONAL	% DE CRESCIMENTO
1997	12.922	-	
1998	13.103	181.0	1.4%
1999	13.288	185.0	“
2000	13.476	188.0	“
2001	13.667	191.0	“
2002	13.859	192.0	“
2003	14.051	192.0	“
2004	14.242	191.0	1.35%
2005	14.433	191.0	1.3%
2006	14.622	189.0	“
2007	14.809	187.0	“
2008	14.993	184.0	1.2%
2009	15.174	181.0	“
2010	15.351	177.0	1.16%

(Fonte: INE (Censo/97))

Segundo nos foi dado a observar, em termos económicos, especialmente em relação a agricultura, este distrito tem poucas alternativas de produção agrícola visto ser um distrito vulnerável as calamidades naturais, sofre imensamente os efeitos da seca, chegando a ficar cerca de três anos sem chuva, produzindo culturas resistentes a seca, tais como o milho, mexoeira, mapira, mandioca, feijão e amendoim. Em geral o milho é a primeira cultura a ser colhida a partir de Abril/Maio, a colheita da mapira e mexoeira é feita a partir de Maio/Junho e a mandioca a partir de Agosto. As famílias pobres com menor produção começam a ter ruptura de stock a partir de Agosto. Em geral o período com baixa disponibilidade de alimentos de base é de Outubro a Fevereiro/Março. O distrito vive mais da pecuária (embora pouco desenvolvida depois dos efeitos desastrosos da guerra), da pesca ao longo do rio Save (quando há água) e da caça como alternativa para o equilíbrio da dieta alimentar.

Mesmo com escassas condições de produção a população do distrito têm se aplicado na tentativa de mitigar a escassez de alimentos através da

agricultura segundo nos diz o DDA: "A superfície do distrito da área cultivável é de 1.035.100 ha mas apenas 3.522 ha são cultivados pelo sector familiar, o que representa um aproveitamento de 2.2% da área cultivada. As principais culturas ocupam uma área de 4.592 ha, cabendo a maior área cultivada ao sector familiar com 3.451 ha contra os 1.141 ha do sector comercial. O milho (1.126 ha), a mapira (1.408 ha) e o feijão (598 ha) são as culturas que ocupam maior área de cultivo no sector familiar, enquanto que no sector comercial o milho ocupa 388 ha, o arroz 371 ha e o feijão 162 ha. Duma forma geral, o milho (1.515 ha) e a mapira (1.408 ha) ocupam as maiores áreas de cultivo, salientando-se que a mapira é só produzida pelo sector familiar"¹².

As actividades agrícolas do sector familiar a nível do distrito são distribuídas e desenvolvidas com respeito ao género. Assim, "cumpre às mulheres efectuar a sementeira, a sacha e a colheita. Estas actividades são as mesmas relativamente às praticadas pelas crianças, acrescidas, no entanto, para este último caso, das de controle do assédio de pássaros às culturas. Aos homens compete efectuar a destronca, a sementeira, a sacha e a construção de celeiros. O trabalho da machamba é feito integralmente com base na mão-de-obra familiar, utilizando-se ocasionalmente o trabalho manual sazonal, quer gratuito como pago em troca de trabalho pelo trabalho".¹³

Este distrito foi severamente afectada pela guerra e seca, o que levou a concentração e migração da população para zonas mais seguras como Zimbabwe, Africa do Sul a procura de segurança e de melhores condições de sobrevivência.

Como consequência destes deslocamentos, verificou-se uma modificação nas actividades de rendimento, pois em vez do cultivo das terras, muitas famílias passaram a depender quase que exclusivamente dos parentes próximos (tios, irmãos, sobrinhos, etc.) e de pequenas actividades comerciais, o que veio a aumentar a pressão sobre os poucos recursos disponíveis dos familiares, na divisão social do trabalho e organização interna das famílias, o que por sua vez se reflecte no aparecimento de instabilidade social e económica traduzida na

¹² Entrevista com o Director Distrital de Agricultura de Massangena no dia 7/10/00 sobre a situação agrícola pós-cheias.

¹³ Idem.

pobreza generalizada da população. As famílias com a produção alimentar não conseguem satisfazer as suas necessidades e dependem muito de donativos, remessas de familiares que trabalham na África do Sul e do rendimento de outras actividades.

Segundo (José Fialho, 1998 : 153), estas migrações em toda população masculina da região do rio Limpopo e Changaná isto é toda a população a sul do paralelo 22°, têm as suas raízes históricas. Elas apresentavam várias dimensões de entre as quais:

- A crise vivida nesta região durante o período da dominação Vangune, em especial durante a guerra civil entre Muzila e seu irmão que produziu efeitos diversos tais como: (...) diminuição da capacidade reprodutiva das unidades tribais, pelos grandes desequilíbrios causados na constituição dos muti, das tribos e dos grupos de parentesco ... desequilíbrios causados na quantidade e qualidade de recursos exploráveis pela dispersão que causou em regiões de chuvas irregulares, e pela diminuição da caça e da riqueza acumulada em gado bovino, que era apropriado, consumido e dizimado pelos Vanguni.
- Uma certa resposta ao apelo da economia monetária, que permitia encontrar uma alternativa às consequências da crise, assegurando as comunidades, através das Libras transformadas em bens de prestígio, reencontrar novas dinâmicas sociais (...)

2 – O SISTEMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR EM MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, a ocorrência da seca passou a ser um fenómeno natural e normal, particularmente na região sul do país. Para além disso, existe sempre a possibilidade da ocorrência de inundações nas proximidades dos rios, e tempestades no norte e centro de Moçambique. A maior parte da população continua numa situação precária, recuperando-se ainda, dos deslocamentos e rupturas causadas pela guerra. A pobreza existente também aumenta a vulnerabilidade dos agregados familiares, perante choques externos tais como a seca, uma vez que estes não são capazes de manter stocks ou reservas suficientes, ou ainda, bens que poderão actuar como amortecedores durante os tempos difíceis. O impacto de um desastre natural poderia retroceder o processo de reabilitação. Isto significa que é essencial que o país tenha um sistema adequado de Aviso-Prévio.

O sistema de segurança alimentar e nutricional mais usado em Moçambique é o de vigilância nutricional que é uma componente dos sistemas de aviso-prévio os quais reportam frequentemente a disponibilidade dos dados antropométricos.

A colecta e interpretação dos dados antropométricos é essencial porque ela nos providencia as evidências sobre os efeitos perigosos da fome, saúde e a possibilidade de excessiva mortalidade. Usualmente têm se esquecido que as evidentes causas providenciadas pelos dados antropométricos são indirectos e por esta razão a sua interpretação deve ser simplificada, por exemplo: o crescimento insuficiente¹⁴ é assumido de igual modo como a fome e o risco de morte cujo impacto sobrecarrega no estado nutricional muitas vezes ignorado.

¹⁴ Em Moçambique utilizam-se rotineiramente dois indicadores no sistema nacional de vigilância nutricional para determinar a situação nutricional da população. Estes indicadores são:

Baixo peso ao nascer (taxas de): Um peso ao nascer <2,5 kg é considerado como baixo peso ao nascer. Segundo as normas internacionais uma taxa em cima de 7% de baixo peso ao nascer é considerada problemática.

Crescimento insuficiente (taxas de): Falta de ganho de peso, observado entre duas pesagens consecutivas (num intervalo de 1-3 meses) nas consultas pós-natais é considerado como crescimento insuficiente. A nível da população uma percentagem de crescimento insuficiente entre 16 e 30 é considerada como situação de alarme e acima de 30 como situação grave. O crescimento insuficiente é um indicador sensível que alerta antes da criança estar desnutrida. (Perfil Distrital de Segurança Alimentar e Nutrição – Março/98)

Muitas variáveis sócio-económicas como o estado nutricional são relativamente fáceis de medir porque estes se baseiam em padrões internacionais. Como parte dos sistemas de aviso-prévio, os dados antropométricos são vistos como uma rede segura de sondagem de alarme quando outros indicadores não conseguem dar uma resposta adequada sobre o estado nutricional da população. Estes dados são usados também como avaliação de outros indicadores tais como a agricultura, clima, indicadores de mercado e predizem a mudança do estado nutricional.

(Beaton et al. 1990) citados por Helen e Susanne Jaspars, afirmam que: “o uso da Antropometria é muito recomendada pois que os dados antropométricos devem ser usados para: identificação, caracterização e validação de outros predicativos indicadores para uso futuro”¹⁵.

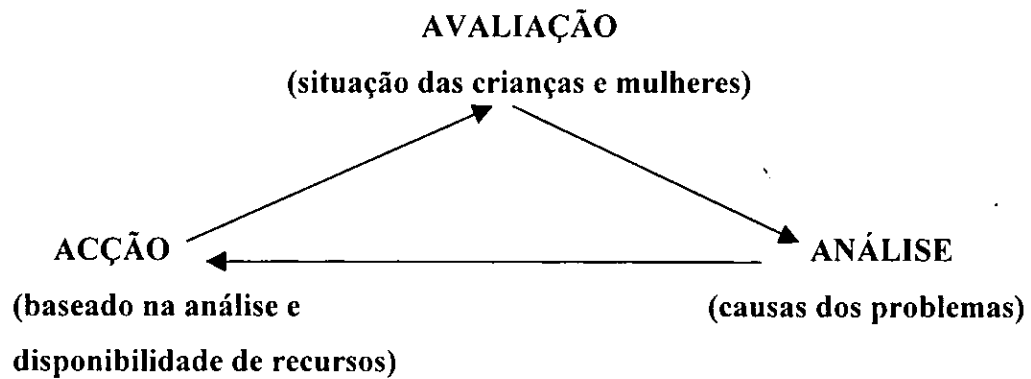
A Conferência Mundial de Alimentos em Roma/1974, marca o início do interesse Mundial sobre o monitorio da nutrição. Várias recomendações específicas foram dadas para a coordenação de actividades de vigilância nutricional e a necessidade de aproximação comum dos planos pelas agências internacionais.

A primeira concepção da vigilância nutricional tratava de questões sócio-económicas de acesso a alimentação e a solução dos problemas de malnutrição era feito através dos modelos de ligações multissetoriais de planificação os quais tomavam os problemas nutricionais em todas suas perspectivas. As causas de malnutrição na prática e o foco da vigilância nutricional têm sido a monitoria do estado antropométrico das crianças menos de cinco anos reportando os níveis de crescimento insuficiente.

A vigilância nutricional envolve um ciclo de actividades, incluindo a avaliação e a colecta de dados, análise e interpretação, sendo o mais importante baseado em acções de análise.

A UNICEF descreve o ciclo de vigilância como o (triplo A) em que o centro está em volta do problema da avaliação do problema, análise das causas e tomada de acções como demonstra a figura abaixo:

¹⁵ YOUNG, Helen; JASPARS, Susanne – Nutrition Matters: People, Food and Famine. London, Intermediate Technology Publication, 1995, pp. 32-41.



Fonte: (UNICEF, 1990)

A escala da vigilância nutricional é determinada pelos sistemas nacionais de vigilância a partir dos sistemas de vigilância de pequenas comunidades os quais cobrem um grupo de aldeias.

Este sistema de vigilância nutricional em Moçambique é acompanhado por outros vários sistemas que inclui os sistemas de informação de aviso-prévio que têm como objectivo informar os planificadores sobre prováveis faltas alimentares a nível nacional, regional ou local. É mais útil nos países onde regularmente se registam défices alimentares. O sistema inclui factores ligados a produção comércio e consumo alimentar através da Unidade de Monitoria das Culturas e Previsão das Colheitas e do Sistema de Informação de Mercados. Baseado na informação fornecida por estes sistemas a importação comercial e de ajuda alimentar pode ser planificada. Quando este sistema funciona bem é possível evitar que as épocas de seca ou outros problemas climáticos resultem em fome massiva para a população. O Sistema Nacional de Aviso Prévio, que constitui um Sistema de Informação de Agricultura, é um exemplo.

No Sistema de Informação sobre Mercados numa economia de mercado é necessário haver uma informação sobre o funcionamento do mercado para determinar a necessidade de implementar políticas ou intervenções. Neste sistema são recolhidas informações sobre preços, quantidades disponíveis e stocks dos produtos chaves para a segurança alimentar. A informação é recolhida a nível do produtor, grossista e posto de venda. Outra informação a ser recolhida para um tal sistema é sobre os transportes, comunicações e a infra-estrutura física (mercados, lojas, etc.). a informação pode ser

dessiminada às instituições do governo, comerciantes e produtores.

Sistema de Mapeamento e Análise da Vulnerabilidade que nos dão informações de como os agregados familiares correm o risco de insegurança alimentar pois que a vulnerabilidade depende de dois factores: (i) As características fundamentais que determinam se uma família consegue obter a sua alimentação através da produção, de compras ou de mecanismos sociais; (ii) O risco de choques potenciais que podem diminuir a produção alimentar, a capacidade de comprar alimentos ou os mecanismos sociais.

As características fundamentais são estáticas, quer dizer, não mudam ou só mudam a longo prazo (ex: clima – pluviosidade média), qualidade de solos, acessibilidade, infra-estruturas, disponibilidade de fontes de rendimento, mecanismos de apoio entre as famílias, etc.). Choques são acontecimentos pontuais (ex. secas ou pluviosidade muito mais baixa do que o normal, cheias, pragas, interrupção repentina no funcionamento dos mercados, subida repentina de preços, desemprego, ruptura do sistema social duma comunidade, etc.)

2.1 – O PAPEL DA MULHER NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO

A mulher em Moçambique constitui um elemento chave na luta contra a fome. Ela suporta a maior parte das responsabilidades de garantir a segurança alimentar do agregado familiar. Deste modo, o aumento dos recursos controlados pela mulher representa mais recursos disponíveis para a segurança alimentar e nutricional¹⁶.

A organização para agricultura e alimentação das Nações Unidas (FAO), num estudo realizado em 1990 indica que em recentes anos tem havido um aumento no reconhecimento de integrar a mulher no desenvolvimento. O estudo refere que o pressuposto económico por detrás desta ideia é que o potencial produtivo dos recursos humanos – homens e mulheres – pode não ser totalmente atingido se a mulher, que dá uma contribuição substancial para a obtenção dos alimentos e aprovisionamento, não tiver acesso adequado aos recursos, insumos para aumentar a produtividade e serviços, o que quer dizer, ser necessário ter atenção na diferenciação do género (i.e. diferenças socialmente e culturalmente construídas entre homem e a mulher) primeiramente na divisão do trabalho na produção ou actividades para ganhar rendimento, seu acesso e controlo sobre recursos e bens (Feldstein & Jiggins, 1994)¹⁷.

No nosso país, cerca de 90% das mulheres dedicam-se a agricultura, representando mais de 60% da força de trabalho deste sector, contudo, constata-se que cerca de 41% de agregados familiares chefiados por mulheres possuem machambas com áreas inferiores a 1 ha, das quais cerca de 1% não possui qualquer área. Comparativamente nos agregados familiares chefiados

¹⁶ Na Africa Sub Sahariana incluindo Moçambique, as mulheres são responsáveis pela geração da segurança alimentar das suas famílias, principalmente pela sua participação na obtenção de uma parte do rendimento familiar através da produção agrícola ou outras actividades geradoras de rendimento. A mulher participa em todas as fases da produção e do processamento e armazenamento dos alimentos. Ela é também responsável por múltiplas tarefas reprodutivas e comunitárias que tem uma influência directa na segurança alimentar e nutrição.

¹⁷ Acesso significa disponibilidade do recurso e controlo significa ter decisão sobre o recurso. Em muitos locais por exemplo a mulher participa (tem acesso) ao serviço de lavoura proporcionado pelo marido ou outro membro masculino mas é o homem que controla os campos que devem ser lavrados e quando. Portanto ter acesso sem controlo significa um grande constrangimento e menos flexibilidade no uso de recursos.

por homens a percentagem dos que possuem machambas com áreas abaixo de 1 ha é de 26%. Esta diferença reflecte-se no nível da segurança alimentar, estimando-se que o número médio de meses de insegurança alimentar nos agregados chefiados por mulheres é de 4.3 meses, contra 3.5 nos agregados chefiados por homens¹⁸. Por exemplo na zona Sul do país (onde se situa a região em estudo) devido a guerra e a migração para as minas da África do Sul, muitas mulheres ficaram viúvas, mães solteiras e chefes de agregados familiares, tendo em muitos casos que garantir a subsistência de famílias numerosas. Algumas estatísticas reportam que 25% dos agregados familiares no país são chefiados por mulheres e no sul estes valores elevam-se a mais de 30% (UAP, 1996 : 12).

A nível dos agregados familiares, não só chefes femininos devem ser considerados como única categoria importante, embora chefes femininos de agregados familiares frequentemente tem responsabilidades e recursos muito diferentes de mulheres que vivem em agregados chefiados por homens e agregados chefiados conjuntamente homem e mulher (Feldstein & Jiggins, 1994).

Dentro dos agregados chefiados por mulheres, incluem-se aquelas que são viúvas, divorciadas e solteiras. Também existem aqueles agregados familiares que são chefiados por homens mas que se encontram ausentes a maior parte do tempo (Lele, 1991 : 72)¹⁹.

O maior factor que diferencia estes agregados é que agregados chefiados por mulheres, sem um homem presente, ou outra mulher adulta, tendem a ser mais pequenos e portanto tem menos disponibilidade de mão-de-obra para a produção agrícola integrada num sistema de produção que se caracteriza na utilização intensiva de mão-de-obra. Esta condição, vai originar que estes agregados vão ter menos hectares plantados, o que resultará em menor produção que é utilizada na sua maioria para o consumo, não restando nada para a venda.

¹⁸ Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional – MAP, 1998

¹⁹ (Lele, 1991) faz uma abordagem de chefe de agregado familiar segundo se a chefia é de facto e é de *facto* ou de *jure*. Um agregado familiar chefiado pela mulher de facto, é aquela em que o marido se encontra distante por longos períodos de tempo, fazendo com que a mulher tome decisões sobre as despesas, as machambas e sobre a família, embora possa receber irregularmente receitas do marido. Um agregado familiar chefiado pela mulher de jure, é

Contudo, é largamente aceite que a insuficiência alimentar e nutricional numa família encontra-se ligada ao fraco poder de compra, falta de meios para produzir tais como enxadas, sementes, terras irrigadas, adubos, pesticidas, etc. e por inadequada produção e inexistência de excedentes suficientes para a venda e posterior aquisição de produtos que as populações normalmente não produzem (ESAN/MAP/98).

É também aceite actualmente que para que uma família tenha uma segurança alimentar e nutricional, é necessário que haja disponibilidade suficiente de alimentos em quantidade e qualidade adequadas, o que significa o aumento crescente do indicador relativo ao fornecimento de energia alimentar per capita expresso em kilocalorias, significando isso a existência de quantidade suficiente de alimentos de qualidade adequada para cobrir todas as necessidades nutricionais em termos de quantidade (energia) e qualidade (que assegure todos os nutrientes essenciais).

A interacção entre culturas alimentares, culturas de rendimento e nutrição é muito importante em África, onde a mulher tende a controlar o rendimento das culturas alimentares e o homem das culturas de rendimento.

Como a importância do controlo do rendimento dentro do agregado familiar tem sido mostrado onde o homem e a mulher gastam o rendimento do agregado de maneira diferenciada: as mulheres são descritas de dar maior prioridade nas suas despesas para a alimentação e educação das crianças do que os seus maridos (Lele, 1991 : 95).

As pessoas devem ser capazes de utilizar os alimentos de modo a que se assegure que cada membro receba e absorva os nutrientes adequados para as suas necessidades. Esta utilização avalia-se a nível familiar e individual. A nível familiar, a utilização adequada de alimentos relaciona-se com o processo como os alimentos disponíveis são transformados numa dieta adequada (incluindo processos como a escolha dos alimentos, processamento, preparação e distribuição intra-familiar). Os factores a considerar a nível familiar estão relacionados com a ocupação do tempo da mulher, conhecimentos, hábitos alimentares, tabus e crenças. A nível individual, a utilização adequada de alimentos relaciona-se com a ingestão e absorção dos

alimentos e acção biológica dos nutrientes no corpo. A nível comunitário há um conjunto de factores que afectam a utilização adequada a nível familiar e individual tais como a qualidade do meio ambiente e a disponibilidade dos serviços básicos de saúde.

Na actualidade sabe-se muito pouco acerca dos valores nutricionais de alguns dos alimentos habituais, isto é, os da produção familiar (entenda-se derivados da agricultura, da caça, da pesca, da colecta, bem como de outras actividades), dado a fraca relevância que se confere a este sector produtivo.

2.2- A PROBLEMÁTICA DA POBREZA NAS ZONAS RURAIS

A Estratégia para a Redução da Pobreza Absoluta em Moçambique, define a pobreza como: "um agregado familiar ou indivíduo é considerado pobre quando não têm acesso a rendimentos, recursos produtivos e serviços sociais básicos que lhe garantam a si e seus dependentes, uma vida condigna e saudável de uma forma sustentável e socialmente equitativa."²⁰

Os resultados da análise dos dados do (IAF 96/97), mostram que os níveis de pobreza em moçambique continuam extremamente altos. Assim, alguns indicadores de pobreza indicam que: o consumo médio mensal per capita foi de 160.780,00 Mts; a incidência da pobreza absoluta foi de 69.4%, ou seja 10.9 milhões de pessoas afectadas pela pobreza absoluta; a incidência de pobreza nas zonas rurais foi de 72,2% e nas zonas urbanas 62% cuja proporção da população rural é de 80% e a taxa de mortalidade infantil de 147/1000.²¹

A insegurança alimentar no distrito de Massangena resulta do factor pobreza e este fenómeno da pobreza em Massangena remonta ao período colonial, em que a maioria dos moçambicanos vivia em situação de exclusão social, com limitado acesso a educação, a recursos produtivos (terra e capital), cuidados de saúde, habitação condigna, etc. Esta situação relegou a maioria dos moçambicanos a fontes de rendimentos mal remunerados, reduzindo assim o seu nível de consumo. A própria estrutura da economia colonial, direccionada essencialmente para o exterior, não permitiu um desenvolvimento adequado de

²⁰ Estratégia para a Redução da Pobreza Absoluta em Moçambique.(UAP,1995)

²¹ Inquérito dos Agregados Familiares 1996/97

infra-estruturas económicas e sociais no país, principalmente nas zonas rurais e provocou assimetrias regionais no desenvolvimento do país cujos os efeitos ainda se fazem sentir.

Quando Moçambique ascendeu a independência era um país com uma estrutura económica orientada para a prestação de serviços ao exterior, com um fraco nível de desenvolvimento do capital humano e com a maioria da população dependente de rendimentos provenientes principalmente da agricultura de subsistência. Hoje o país vive um estado de pobreza absoluta que se transformou numa pobreza estrutural crónica que é derivada do fraco nível de desenvolvimento do país e que determina uma estrutura de produção basicamente de subsistência, caracterizada por uma baixa produtividade, incapacitando a população de reagir a crises de insegurança alimentar.

Vários especialistas na matéria de segurança alimentar, consideram que a solução dos problemas do subdesenvolvimento e da malnutrição nas zonas rurais e periurbanas, a produção familiar deve ser tomada como factor principal no domínio da planificação económica, bem como na melhoria das carências alimentares e dietéticas.

O Inquérito dos Agregados Familiares de 1996/97 permite estimar que 64.4% da população moçambicana vive abaixo da linha da pobreza, significando que em 1996/97 mais de dois terços da população vivia num estado de pobreza absoluta. A incidência da pobreza é mais elevada nas zonas rurais, (71.2%) que nas zonas urbanas, (60.2%) o que associado ao facto de cerca de 80% da população viver nas zonas rurais, faz da pobreza um fenómeno predominantemente rural.

3 – PARENTESCO, ALIANÇAS E ACESSO AOS RECURSOS

Em termos étnicos, a população de Massangena como de outros distritos da província de Gaza é de origem étnicas diversas. De acordo com José Fialho na sua obra “Antropologia Económica dos Thongas” estas classificam-se em: Makamo, Valhavi, Makwakwa, Vandau, Valhengwe, Vaxopi, Vanguni, que muitas vezes são designados indistintamente como Machanganas, Mabuidlhela ou Landis, como grupos que pertencem aos Thongas, povo de linhagem patrilinear e patrilocais que se dedica tradicionalmente a agricultura (principalmente as mulheres) e criação de gado.

Os dados do IIº Recenseamento Geral da População e Habitação/1997, dão-nos indicações que o distrito apresenta quatro tipos de agregados familiares num total de 2.620, dividindo-se da seguinte forma: Unipessoal (236); Monoparental masculino (20), Monoparental feminino (460); Nuclear com filhos (485), Nuclear sem filhos (104); Alargada (1306), com um número médio de membros de agregados familiares de 4.9.

Isto demonstra as características das famílias rurais moçambicanas que são alargadas onde encontramos em primeiro lugar, as gerações mais velhas, constituídas pelos pais, seguidas dos filhos e em último lugar os netos.

Estes grupos domésticos constituem unidades de base de habitação, de produção e de consumo, unidades políticas e religiosas. O grupo doméstico aparece na horizontal, com um conjunto de duas metades sexualmente distintas – homens e mulheres (esposas e filhas) e na vertical, como um grupo estratificado por gerações e idades. Hierarquia dos homens sobre as mulheres, dos mais velhos (as) sobre os mais novos (as). Segundo José Fialho, esta diferenciação e hierarquização liga-se à natureza mesma do grupo doméstico – grupo com capacidade de garantir, pela sua complementaridade sexual e etária, a realização colectiva da produção/reprodução económica e biológica. Estas unidades domésticas apresentam-se como pequenas unidades económico-sociais, que se encaixam em unidades sucessivas mais vastas através da dinâmica do parentesco, articulam-se com as outras próximas ou distantes, através da circulação de pessoas, de presentes e de alimentos. Assim os membros de uma unidade apresentam-se como membros de uma rede

comunitária (José Fialho, op. cit).

O parentesco desempenha um papel importante nas uniões matrimoniais, nas estratégias de sobrevivência e nos rituais que as sancionam sobre a observância de um conjunto de regras e convenções. As mulheres por serem produtoras de produtores inseridas na divisão de trabalho estão sobre o controle dos membros masculinos mais velhos por exemplo a compensação matrimonial “o lobolo”²² que assegura a reprodução do sistema matrimonial, expresso num movimento de trocas de mulheres por bens, valores monetários e simbólicos é controlado pelo tio paterno que assegura a atracção de uma outra mulher púbere para o sobrinho, reforçando o poder e autoridade dos homens mais velhos nas estratégias matrimoniais. Para Meillassoux “graças a mobilidade das mulheres púberes, as capacidades reprodutivas do grupo não dependem apenas do número de mulheres daí originárias, mas de meios políticos de que dispõe esse grupo para as fazer entrar no seu seio [...] o mais velho, que se encontra investido, pela sua posição no circuito dos bens de subsistência, das funções de gestão da comunidade, assume também a gestão da reprodução do grupo” (Meillassoux, 1976 : 77).

O mais velho símbolo do antepassado fundador da unidade e da unidade dos seus membros, responsável pelo funcionamento das actividades económicas, políticas mágico/rituais e sociais do colectivo, está ritualmente ligado aos antepassados que lhe transmitiram funções, privilégios e poder onde encontram nelas o fundamento e justificação do seu encargo.

A terra como propriedade e objecto de uso colectivo da comunidade que a ocupa, cada indivíduo tem direitos de acesso e uso à terra e a outros recursos tais como pastagens, caça, pesca, água, lenha, materiais de construção ou objectos artesanais, enquanto membro da rede comunitária em que está inserido.

²² Lobolo – na zona em estudo (sociedade patrilinear) o lobolo é considerado como um acto de agradecimento a família da noiva por este ter dispensado uma mulher a família do noivo em idade púbere para a procriação e conseqüentemente o engradecimento do clã do marido. Em nossa opinião, este acto não passa de um processo de troca de mercadoria pois que a mulher é desprestigiada pois ela é só uma porção da propriedade familiar, que se adquire pelo lobolo, e que é por conseguinte herdada por outros homens membros do mesmo clã quando morre o marido. Aqui a mulher pertence ao marido e os filhos pertencem ao pai material e não moralmente. Um homem não é mais que um membro do clã, que deve perpetuar o seu nome e a sua glória. Uma rapariga não passa dum meio de adquirir uma mulher para este rapaz e enriquecer assim o clã.

Os conflitos de posse de terra são regulados pelos mais velhos . Em geral cada unidade linhageira possui no seu interior o usufruto com direitos de apropriação, das terras que o circundam (de cultura, de pousio e mato) e dos seus recursos.

O acesso aos meios de produção apresenta-se como um direito comunitário e igualitário, sob gestão dos mais velhos. A herança e a sucessão constituem instrumentos e mecanismos de reajustamentos colectivos em relação a pessoas e bens e o acesso aos produtos é uma função de pertença a rede comunitária. O acesso aos bens de prestígio é controlado pelo mais velho que os compra ou os troca. Com o desenvolvimento do trabalho assalariado e a posterior monetarização do lobolo, os mais jovens foram-se autonomizando em relação aos mais velhos²³ procurando acumular por si os bens necessários ao seu próprio casamento. O prolongamento do trabalho migratório cria condições para casar-se outra vez o que considerava-se “riqueza” por possuir várias mulheres pois a riqueza para os Thongas resume-se na posse de várias mulheres e de bens de prestígio, sem ter em conta a acumulação dos bens de consumo pois que um elevado número de esposas é sinónimo de mais filhos, de prestígio e de prosperidade para as famílias com maiores meios económicos. Elas contribuem, com a sua força de trabalho, para a realização de actividades das unidades domésticas. Mas se para uns a poligenia simboliza riqueza, para outros, os elevados encargos que a família acarreta, tem vindo a encorajar a redução do número de esposas.

²³ Os mais velhos são genericamente designados por “Mulumuzanas, isto é chefes de família” pois eles é que tem o poder de decisão na resolução de problemas visto que essa delegação de poderes está implícita dentro da família o que pressupõe uma imposição dos antepassados. Foi assim, continua assim.

4 – ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO EM MASSANGENA

4.1 – Produção, Consumo Alimentar, Sistemas de produção e Problemas nutricionais

A actual carência de alimentos que afecta o distrito de Massangena não reside unicamente no factor seca. A carência de alimentos razão de ser da fome, subnutrição e mortalidade, têm as suas raízes históricas pois que o distrito não só, toda a província de Gaza foi e é a maior fornecedora de mão de obra as minas da vizinha África do Sul, o que levou a alteração nos sistemas de produção na agricultura familiar que se destinava sobretudo a produção alimentar para a sobrevivência do camponês. Estas modificações surgem como uma imposição do sistema colonial como forma de colher dividendos pela exportação da mão de obra moçambicana para as minas.

“As zonas rurais foram convertidas, durante a dominação colonial, em áreas albergando um exército industrial de reserva, a partir da qual era recrutada a força de trabalho necessária ao complexo mineiro sul-africano, em conformidade com as necessidades dessa indústria. Isto perpetuou a criação e reprodução contínua de um excedente da força de trabalho na economia camponesa, que, por necessidade económica, se converteu numa fonte de trabalho assalariado barato. Este desenvolvimento das formações sociais como áreas de exportação de mão de obra tornou-se a característica principal do processo de subdesenvolvimento da área”²⁴.

A frequência e a duração média dos contratos era de 12 meses podendo ser prolongado por mais 6 meses mas a duração normal dos contratos dos mineiros moçambicanos situava-se perto de 18 meses. Os acordos entre o Estado colonial português e o Estado Sul Africano, previa que uma parte considerável dos vencimentos dos mineiros fosse retida durante a sua estadia nas minas sendo-lhe paga posteriormente em Moçambique²⁵. Este pagamento

²⁴ Os Mineiros moçambicanos na África do Sul. IICM, Maputo, 1979, p. 15

²⁵ O sistema de exportação de força de trabalho, desenvolvido ao longo de 80 anos, têm ainda hoje importantes reflexos na estrutura sócio-económica de Moçambique. A venda de força de trabalho à África do Sul foi regulamentada por acordos datando desde 1897 e posteriormente renegociados várias vezes. Estes acordos estavam estreitamente relacionados com o port³⁴

diferido que correspondia a 60% dos salários do trabalhador a partir dos primeiros 6 meses de contrato era depois pago por inteiro no regresso a Moçambique. Isto levou com que o fluxo de remessas dos mineiros para familiares fosse reduzido o que facilitou a incorporação de maior tempo do campesinato nas plantações como trabalhadores assalariados.

Outro problema que afectou largamente a agricultura familiar foi a introdução de culturas industriais tais como o caju, algodão, arroz, girassol, etc. . Esta opinião é corroborada por Simões Alberto ao afirmar que: " (...) a política económica de se ter dado prioridade em certas áreas de Moçambique ao cultivo de plantas industriais em detrimento de plantas alimentares sem que de antemão se tivesse prevenido as faltas provocadas, agravou muitíssimo o problema da alimentação da população rural, que vive exclusivamente dos produtos da terra" (Simões Alberto, 1954 : 4).

A introdução de culturas industriais veio a ocupar terras férteis que outrora destinavam-se para as culturas alimentares que foram afastadas para solos mais pobres o que agravou mais o problema da carência de alimentos no seio da população rural. Estas culturas forçavam o camponês a incorporar maior parte do tempo na sua produção, em detrimento da sua própria produção. Para atestar a dependência das populações rurais em relação ao trabalho agrícola, um inquérito dos Serviços de Saúde da Província de Moçambique, realizado em 1943, concluiu que: "(...) o nativo moçambicano, alimenta-se dependendo em absoluto dos produtos que lhe dá a terra que ocupa (...) "²⁶.

O campesinato que para além de produzir, numa maior ou menor extensão as suas necessidades em alimentação, foi integrado na economia de mercado como fornecedor de força de trabalho para as plantações, machambas e outros postos de trabalho ou como pequeno produtor de mercadorias ou, na maior parte dos casos, uma combinação de ambos.

caminho de ferro de Lourenço Marques, que servia o complexo mineiro e industrial do Transvaal. A deformação estrutural decorrente de todo este processo foi pois, implantada em Moçambique através de uma estreita colaboração entre o Estado Português e Sul-africano - *In Os Mineiros moçambicanos na África do Sul*. IICM, Maputo, 1979, p.1

²⁶ Inquérito dos Serviços de Saúde da Província de Moçambique, 1943, citado in M. Simões Alberto: *O Problema da Alimentação entre as Populações Nativas de Moçambique*, op. cit., p.7

Como produtor para mercado o campesinato fornecia a maior parte da produção de caju e algodão, que, em conjunto, constituíam os maiores produtos de exportação do país.

Mesmo a agricultura dos colonos neste distrito nunca conseguiu estabelecer-se como um sistema desenvolvido de plantação, baseado em trabalho assalariado. “Na verdade, os colonos economicamente não tinham capacidade para pagar salários competitivos em relação aos das minas. Assim a agricultura dos colonos tomou um carácter semi-feudal, baseando-se num sistema de camponeses arrendatários que pagavam renda em espécie e também em trabalho”²⁷. Portanto não só a agricultura camponesa, como também a dos colonos se encontravam severamente restringidas, como resultado do trabalho migratório para as minas.

Com efeito, nestas áreas assiste-se a uma alteração significativa dos sistemas alimentares do camponês, tornando a mandioca a base de alimentação. “A intensificação ou a generalização da cultura da mandioca é sinal claro duma crise alimentar. Nos primeiros anos da década de 80, a divulgação da cultura da mandioca em múltiplas áreas das províncias de Maputo, Gaza e Inhambane durante a seca que assolou o país foi um sinal claro de uma crise alimentar (campos de milho, arrozais e outras culturas foram substituídas pela mandioca como cultura alternativa durante o referido período)” (INIA, 1985).

A mandioca pela sua natureza, é uma planta que se adapta facilmente em solos pobres, sendo algumas variedades muito resistentes a seca, exigindo igualmente poucos cuidados técnicos. Em termos nutricionais, a mandioca é um alimento pouco nutritivo, de produção oscilatória (INIA, 1985).

As modificações da estrutura da agricultura familiar imposta pelo sistema colonial determinaram situações de subnutrição e fome que ainda hoje prevalecem.

O problema da subnutrição é particularmente complexo pois que em muitos países africanos, a desnutrição é sazonal e aumenta antes das colheitas, época em que a oferta de alimentos quase não existe. A insuficiência de alimentos estende-se ainda mais nos anos de seca. Em termos de valor energético, o consumo de alimentos na África Subsaariana entre 1965 e 1986, foi em média

²⁷ Os Mineiros moçambicanos na África do Sul. Op. cit. p.17

de 2100 calorias diárias por pessoa, ou seja, 85% dos mínimos recomendados. Calcula-se que cerca de um quarto da população da Africa Subsaariana - mais de 100 milhões de pessoas - obtêm como média de anos agrícolas bons e maus, menos de 80% do fornecimento diário de calorias recomendado pela FAO e pela OMS. Durante as secas e em outros anos maus, a situação tende a agravar-se cada vez mais (Banco Mundial, 1990 : 83).

A insegurança alimentar, a deficiência de micronutrientes, a malnutrição e doenças infecciosas combinam-se neste distrito, causando problemas na maioria da população com maior incidência nas crianças.

Na actualidade o desafio para os trabalhadores de saúde, economistas de desenvolvimento, governos e agências internacionais de desenvolvimento é como reduzir a mortalidade e as permanentes sequelas que resultam da malnutrição e doenças infecciosas.

Moçambique país em vias de desenvolvimento deve esforçar-se pelo crescimento económico, especialmente no que concerne ao melhoramento agrícola. O controlo das doenças infecciosas e projectos visando um melhoramento do fornecimento alimentar à população são plenamente justificáveis e devem ser entendidos como componentes importantes num plano de desenvolvimento.

A propósito desta situação Lathan na sua obra "Human Nutrition in Tropical Africa" salienta que: "uma infância melhorada, uma taxa de mortalidade diminuta, menor incidência de doenças, boa nutrição à população, são melhores indicadores de prosperidade do que as médias nacionais de telefones ou automóveis por milhares de famílias ou até que os bens de consumo per-capita" (Lathan, 1979 : 199).

É agora largamente aceite que a malnutrição nos países em desenvolvimento é provocada por uma inadequada produção e aquisição de comida e muitas vezes associada a doenças infecciosas. O problema principal da nutrição a nível mundial reside numa deficiência crónica em proteínas (Lathan 1979 : 201).

4.2 – FONTES COMPLEMENTARES DA DIETA

O modelo de produção nas zonas rurais, procura uma diversidade de tipos de recursos e produtos disponíveis, através de uma actividade combinada de diferentes ramos de produção. Para além das culturas alimentares, são de destacar outras fontes alternativas para o equilíbrio da dieta alimentar nesta região sobretudo nas épocas de ruptura de stock, principalmente a caça e a colecta onde ainda são actividades fundamental na dieta quotidiana onde em certos períodos chega a ser a única fonte de alimentos, frutos, sobretudo silvestres que constituem os maiores celeiros de reserva tais como: Massalas, Mavungwas, Mapwishas, Maphilos, etc. as folhas, raízes, cascas, mel, etc.

A caça de vários animais é ainda uma actividade praticada em locais onde abundam animais como coelhos, cudos e cabrito-cinzento.

A fauna bravia é de valor inquestionável no distrito de Massangena, tanto para alimentação como para o turismo. Setenta por cento dos entrevistados mencionaram este aspecto, enquanto que (25%) acham que esta têm pouca importância e para (5%) esta não têm nenhuma importância. Das espécies prevaescentes localmente no domínio da fauna bravia contam-se coelhos, cudos, impalas, hienas, macacos, cabritos-cinzentos e crocodilos. No passado a caça dos animais de grande porte como os búfalos, os elefantes e os rinocerontes estava rodeada de certos tabus, pois que nenhum caçador devia ir a caça sem que primeiro bebesse um certo medicamento parecido com a resina de uma árvore o que confere ao homem uma espécie de imunidade que lhe dá sorte e as mulheres que permanecem em casa tinham que ter certas precauções nas suas relações de não poderem entrar em brigas pois que isso significava azar e conseqüentemente uma caça infrutífera. O consumo da carne era garantido pela caça de pequenos animais, caça feita com arcos e flechas para animais de pequeno porte e os animais de grande porte eram caçados por homens que faziam uma expedição de vários dias e a distribuição é individual de acordo com o número de animais caçados por cada um deles.

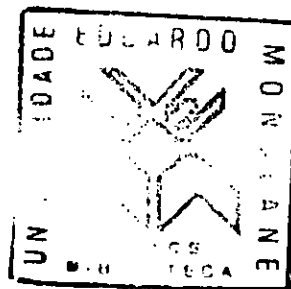
Os rapazes dedicam-se a caça não grossa por falta de verdadeiras armas, utilizando paus que atiram as aves para as apanhar ou montam armadilhas com uma varinha flexível, a qual atam um fio com isca. Há diferentes espécies de

armadilhas, as mais usuais consistem numa gaiola feita de varinhas de palmeira que fecha automaticamente quando uma ave entra e come o grão que a atraiu. Outra consiste na utilização do caco da fruta silvestre "massala" que é enchido com aguardente e a ave aproxima-se para beber pensando que fosse água, daí apanhando uma bebedeira não conseguindo voar nem andar até ser apanhado a mão. A caça continua a ser uma fonte fundamental de proteínas na dieta alimentar. A este propósito Simões Alberto afirma que: "(...) os negros apreciam muitíssimo a carne, e a prova reside no facto de saborearem deliciados, uma variedade enorme de animais, alguns mesmo de aspecto repelente para os "civilizados", como cobras, lagartos, ratos, gafanhotos, formigas, etc. (...) (Simões Alberto, 1954 : 9).

Esta actividade é completada pela pesca nas zonas ribeirinhas durante a época onde existe água que também constitui uma fonte donde provém grande parte de proteínas animais. Nesta actividade não há restrições particulares, cada qual pode ir ao rio, as lagoas deitar a sua linha a água. A vida nas zonas ribeirinhas deu origem a que se forjassem várias técnicas e se utilizassem vários métodos para a pesca. Os materiais empregues variam desde as redes extensas com cerca de 40 metros, redes feitas de fibra vegetais que são colocadas nas gamboas. As gaiolas, canas e linhas de pesca são feitas a partir dos materiais fornecidos por diversas plantas sobretudo a palmeira brava.

4.3 – TABUS ALIMENTARES

“Muitos dos tabus alimentares em África, como em qualquer outro continente, relacionam-se quase sempre com alimentos de origem animal ricos em proteínas. Estes problemas afectam particularmente grupos necessitados em proteínas (e.g. mulheres grávidas). Por exemplo dentro da mesma tribo ou clã, tabus diferentes de alimentação podem ser praticadas apenas por mulheres ou crianças do sexo feminino. Em certas tribos tradicionais hábitos alimentares podem circunscrever-se a um determinado grupo etário ou noutras situações a prática pode estar relacionada com uma ocupação como por exemplo a caça.



Em situações ocasionais alguns hábitos alimentares podem ser impostas por uma causa relacionada com doenças, cerimónias de iniciação, etc.” (Lathan, 1979 : 202).

Era muito frequente em algumas comunidades no passado o hábito de as mulheres grávidas ficarem impossibilitadas de ter uma dieta equilibrada, isto no que se refere ao consumo de peixe, leite e ovos, não só as mulheres mas também as crianças. Estes hábitos embora se apresentem numa forma dispersa com tendência a desaparecerem, continuam a constituir um tabu em algumas localidades deste distrito.

Numa aldeia por nós visitada deparamos com um sistema de organização familiar do muti²⁸ que assim se figurava: ao centro estava a casa do “Mulumuzana”²⁹ e do lado direito as casas das esposas e do lado esquerdo dos filhos a partir dos mais velhos aos mais novos. A noite antes do jantar todos os residentes do muti acendem as lareiras em redor das suas casas, onde se aquecem. Durante o jantar verificamos que o Mulumuzana deliciava-se com a cabeça de um cabrito-cinzento supostamente caçado nas vésperas do dia anterior e as mulheres e crianças comiam outras partes do animal. Quisemos saber a separação dos pratos pelo que o velho respondeu-nos: “aqui na minha casa as mulheres e as crianças por serem muito sensíveis a doenças não podem comer certas partes do animal, principalmente a cabeça de qualquer animal e o fígado porque fazem mal ao organismo. A mulher quando ficar grávida pode ter filho com cabeça parecida com aquele animal que comeu. O fígado provoca quando comido pelas crianças provoca esquecimento como aquele animal “Kwalhe”³⁰ que corre, corre e no meio do caminho esquece que esta sendo perseguido e para, aí é apanhado”³¹.

Não só estes tabus são frequentes neste distrito outros tais como o tabu dos ovos em que as crianças não podem comer porque senão aprendem a roubar e as mulheres grávidas podiam ter problemas durante a gestação. O tabu do leite fresco da vaca em que as mulheres grávidas não podem beber porque ficariam sem leite nos seios para amamentar.

²⁸ Para mais detalhes sobre o muti, ver (J. Fialho, 1998 : 199)

²⁹ “Mulumuzana” significa chefe da família

³⁰ Kwalhe = Salamandra

³¹ Entrevista com A. Mulhanga chefe do agregado familiar do muti dos Mulhangas no dia 10/10/00 na localidade de Cafamane

Além destes tabus maléficos, existe os tabus que podemos considerar de benéficos em que uma criança com sarampo não pode dormir junto com outras crianças e partilhar do mesmo prato, assim como o tabu da sexualidade em que não se permitia manter relações sexuais antes de atingir a idade dos 25 anos porque aventava-se que mantendo relações sexuais antes dessa idade, o rapaz queimaria o sexo e nasceria pêlos nas nádegas.

Para nós este tipo de tabus podemos considerá-los benéficos porque: primeiro o sarampo além de ser muito perigoso a saúde da criança, é contagioso. Segundo a abstenção sexual até aos 25 anos, contribui para o controle da natalidade e do crescimento demográfico da população..

4.4 – ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Em Massangena as comunidades apresentam famílias com características sócio-económicas diferentes (pobres, médias e ricas) com várias fontes de rendimento.

Para este estudo o grupo alvo foram as famílias pobres (cerca de 30 famílias entrevistadas), pois estas apresentam-se vulneráveis a aquisição de alternativas de sobrevivência, só se alimentam da sua própria produção durante 3-4 meses e o resto vivem de donativos ou trabalham em troca de comida vulgarmente chamado "Ganho-Ganho", isto acontece devido a dois factores: 1º- necessidade de as famílias médias e ricas terem necessidade de realizar um certo trabalho que exige esforços conjugados, 2º- vontade das outras famílias em obter o que não possuem. Estes factores conjugados dão origem a cooperação do tipo (trabalho contra produtos). As mulheres e outros dependentes dos emigrantes fazem trabalho assalariado eventual nas machambas de camponeses médios e ricos, como maneira de obter em troca dinheiro ou produtos de que se servem para atrair apoios para a lavoura das suas parcelas. Outras famílias que não possuem no seu seio membros activos capazes de executarem trabalhos que exigem muito esforço, alimentam-se de frutos silvestres, raízes, tubérculos, folhas, etc.

Outras alternativas de fontes de rendimento são o fabrico de bebidas, venda de produtos artesanais, carvão, lenha, animais e as vezes recebem remessas de

familiares da África do Sul e do Zimbábwe.

A especialização de tarefas segundo o sexo é completamente comum. Os homens cortam as árvores e desbravam os campos, as mulheres auxiliadas pelas crianças são as principais cultivadoras. Elas semeiam, mondiam e sacham, a protecção das sementeiras tal como espantar pássaros, macacos, etc., colheitas que se repetem especialmente quando há culturas intercalares, (quando as quantidades de milho forem maiores nela participam os homens).

A emigração para terras estrangeiras a procura de ocupações remuneradas para colmatar as dificuldades dos tempos de penúria, a ausência constante de varões em períodos relativamente prolongados, o que aumenta mais a sobrecarga da mulher trouxe à estrutura de trabalho rural novas exigências de organização social.

Durante o estudo no terreno, deu-nos a observar que muitos agregados chefiados por homens constituem um exemplo claro da poligamia e de casamentos prematuros. Embora com seus aspectos negativos, a poligamia, aparece segundo a opinião de alguns entrevistados como estratégia matrimonial positiva para superar a crise da falta de mão de obra para o cultivo dos campos e conseqüentemente o aumento das áreas de cultivo, pois há muita gente para os trabalhos de campo. Como nos diz A. Siteo “com a maior parte dos homens que foram as minas, existem muitas mulheres solteiras e outras casadas sem garantias³² pois eu como tenho bois, charruas e grandes áreas de cultivo, se gostar de uma mulher vou ter com os pais dela propor lobolo. Assim posso lobolar sem problemas e ela pode garantir a sustentabilidade do lar e garantir a continuidade do meu Xibongo através dos filhos que vai ter”³³.

J. Macuacua é de opinião diferente pois para ele: “ter muitas mulheres é verdade que aumenta as terras de cultivo é uma honra e também aumenta o status social do chefe do agregado familiar mas também não se esqueçam que quando a gente têm mulher em casa não é só para produzir comida, é também para produzir filhos e esses filhos, essas mulheres precisam de comer também

³² Na opinião deste entrevistado, mulher sem garantia é aquela mulher que ainda não foi lobolada, que não têm compromissos com ninguém, qualquer homem que tiver posses pode adquiri-la para sua esposa.

³³ Entrevista com A. Siteo na sede do distrito de Massangena no dia 7/10/00.
Continuidade do Xibongo quer dizer perpetuar o apelido dos Siteos

e nos períodos de fome os pais dessas mulheres também precisam de comer e o genro têm que mandar comida a casa dos sogros para eles, muitas vezes a distribuição da comida não chega dentro do lar e a mulher têm que procurar outras alternativas de sobrevivência o que provoca outros problemas pois ela pode meter-se com outro homem cometendo o adultério. Em vez de resolver o problema das machambas, da comida, cria outro problema social.”³⁴

De acordo com Junod o homem regessado das minas, traz consigo dinheiro e certos bens de prestígio como charruas o que lhe permite facilmente conseguir “o lobolo” de várias mulheres, aumentar as áreas de cultivo e reduzir o tempo da mulher nos trabalhos da machamba com o emprego da charrua puxada por bois³⁵ (Junod, 1996 : 262).

Em nossa opinião a poligamia não passa de um acto retrógrado e desprestigiante a mulher nas sociedades modernas de hoje pois a mulher é utilizada como mero instrumento de trabalho e de procriação, isto é, a mulher é considerada produtora de reprodutores. Neste aspecto concordamos com Junod quando afirma que “os males da poligamia ultrapassam muito as poucas vantagens que ela apresenta o primeiro destes males é o aumento demográfico da população, o aumento do número de dependentes, os conflitos domésticos pois estes conflitos conduzem a ruína da família”,(Junod, op. cit.).

O assunto da poligamia ainda na actualidade tem gerado acesos debates, é uma das principais agendas no ante projecto da lei da família.(ver jornal notícias 22/06/00, p.2).

Concordamos também com Eliseu & Medeiros, quando afirmam que “ a acumulação excessiva de trabalhos que exigem a ajuda-mútua na sua resolução faz com que haja maior oferta de mão de obra, o que estimula uma concorrência entre os necessitados. A comunidade rural deixou de estar fechada entre si, de ser uma comunidade para si e passou a assimilar novos tipos de consumo” (Eliseu&Medeiros, 1991 : 184).

³⁴ Entrevista com J. Macuacua no dia 7/10/00 na sede do distrito

³⁵ Esta prática do lobolo empregando bois remota de tempos antigos pois de acordo com (Junod, 1996 : 254) os bois parece terem sido a moeda corente para comprar uma mulher no século XVIII. Quando Manicusse surgiu, em 1820, apropriou-se de todo o gado, e os Tsongas foram obrigados a empregar contas e enxadas. Hoje com as guerras o gado desapareceu e emprega-se o dinheiro mas algumas famílias ainda empregam o arado nos trabalhos de campo o que significa que o arado é um bem de prestígio empregue no lobolo.

Os regressados do trabalho assalariado, trazem consigo objectos de uso e até dinheiro. Isto levou com que os trabalhos que eram apenas realizados pela cooperação e ajuda-mútua comumente aceites passassem a realizar-se em troca de bens materiais de valor e, por isso começaram a ganhar forma de trabalho remunerado e o sistema de normas consuetudinárias que davam coesão a comunidade começou a degradar-se.

Para complementar a nossa informação dos dados quantitativos das estratégias que as populações adoptam em tempos de crises, achamos pertinente analisarmos em termos quantitativos as outras estratégias que as mesmas populações adoptam, entrevistando cerca de 30 famílias, utilizando as variáveis como a posse de terra, agricultura, pecuária, arboricultura, água, cujos resultados foram os seguintes:

Posse da Terra

A maioria das famílias entrevistadas (90%) não precisou de dar algo ou pagar para começar a desenvolver a actividade agrícola. Somente 10% das 30 famílias entrevistadas afirmaram ter pago um tipo de remuneração aos seus familiares para usarem a terra. Sendo assim 90% encontraram a terra enquanto mato e não desbravado e o único melhoramento que fizeram foi desbravar e cultivar a terra, enquanto que os restantes 10% fizeram palhotas/casas e plantaram árvores de fruto, respectivamente.

Sessenta por cento dos entrevistados consideram que lhes pertencem todas as árvores que não dão fruto dentro da machamba, (100%) têm a mesma ideia em relação a todas as árvores que dão frutos, enquanto que (70%) consideram que lhes pertencem todos os recursos que estiverem dentro da machamba.

Quanto a herança da posse da terra, a maioria dos entrevistados é de opinião que a terra pode ser herdada por apenas crianças masculinas (60%), embora haja algumas famílias (30%) que consideram que esta pode ser herdada por crianças masculinas e femininas, (10%) dizem que pode ser herdada por familiares masculinos do chefe da casa e (10%) consideram que esta pode ser herdada por todos os familiares.

Sobre as disputas das terras foram identificados como principais mediadores

mais importantes os chefes da aldeia (40%), líderes tradicionais (20%) e chefes tradicionais (30%).

Trinta por cento dos entrevistados consideram que não existem disputas entre aldeias sobre posse de terra. Mas (20%) consideram que cabe ao chefe da aldeia resolvê-las; (40%) dizem que o chefe da aldeia e o tradicional é quem medeiam; (10%) acham que cabe ao líder religioso e chefe do posto administrativo, respectivamente, resolvê-los.

Em virtude de não existirem grandes companhias agrícolas, os conflitos entre estas e os camponeses não existem mas se existissem, (20%) consideram que cabia aos chefes da aldeia resolvê-los e os restantes disseram que não sabiam.

Agricultura

A maioria da população do distrito vive da agricultura das 30 famílias inquiridas, (90%) vivem principalmente da agricultura. Um número pequeno de agregados desenvolve artesanato para venda; venda de produtos pecuários; recebe dinheiro enviado por familiares; desenvolve a actividade como funcionários públicos e outros fabricam bebidas tradicionais para venda.

Na produção agrícola a terra não é adubada nem preparada com base em substâncias químicas por forma a enriquecer o solo. A maioria dos entrevistados (80%) indicou utilizar a técnica tradicional de queimadas para limpar o terreno. Outros (20%) queimam a vegetação e deixam o capim para ser comido por térmitas. Outras formas utilizadas são a conjugação de restolhos de plantas e detritos armazenados com queimadas e cinzas e a utilização somente de restolhos de plantas e detritos armazenados. Portanto a maioria das pessoas não têm o hábito de utilizar nenhuma técnica de aumentar a fertilidade da terra.

Quanto as culturas predominantes, dados obtidos indicam que (60%) dos agregados cultivam feijão nhemba, (90%) a mexoeira e o milho, respectivamente, (70%) a mapira, estes três últimos comercializáveis, (80%) a mandioca.

Em relação as hortícolas a principal limitação para a produção destas culturas é a falta de sistema de rega, a falta de semente ou a insuficiência desta assim

como a seca, falta de terra, pragas, má qualidade da terra, etc.

Nem todas as famílias possuem meios de produção. Assim (90%) possuem enxadas próprias, (10%) têm enxadas emprestadas, (80%) têm catanas próprias, (20%) têm catanas alugadas, (60%) têm machados próprios, (40%) com machados emprestados, (30%) com pás próprio (40%) com pás emprestadas, (60%) com ancinhos próprios, (10%) com ancinhos emprestados, (70%) com foices próprios, (20%) com foices emprestadas, (20%) com charruas próprias. Esta situação pode resultar em baixos níveis de produção e o incremento da dependência das famílias em relação à ajuda alimentar e também dependência em relação às famílias que possuem estes meios.

Para armazenar os produtos a maioria da população utiliza celeiros. Da amostra (90%) afirmaram possuir celeiros para armazenagem da sua produção; (20%) afirmaram possuir celeiros e *dulos*, e um número insignificante afirmou utilizar *nsalos*, latas e sacos. Por falta dos meios de armazenamento estas famílias enfrentam problemas com a conservação dos produtos. (40%) dos entrevistados mencionaram a problemas resultantes de uma combinação de insectos e ratos que estragam os alimentos conservados enquanto que (30%) sublinharam os problemas com ratos.

Pecuária

A maioria das famílias possui galinhas (40% com média de 6 animais), patos (30% com média de 4), caprinos (20%) com média de 2), bovino (10% com média de 3). A partir destes dados pode-se concluir que há uma necessidade de repovoamento pecuário, pois o gado bovino não é utilizado somente para o consumo, mas também desempenha um papel importante para o incremento da actividade agrícola e das trocas matrimoniais. Com o gado já é possível abrir áreas extensas para a agricultura, utilizar o seu estrume para fertilizar a terra já que outros métodos são quase inacessíveis para a população camponesa.

Aparentemente não existem litígios para a utilização de pastagens em Massangena, pois o distrito detém áreas vastas para pastagens, o que potencia a criação de espécies bovinas, ovinas e caprinas.

Arboricultura

As árvores fruteiras localmente existentes são em grande medida as das espécies indígenas, tais como canhoeiros (cuja fruta é muito usada no fabrico de bebidas tradicionais), *Massala*, *Macuacua*, *Tinhiri* só para mencionar os mais vulgares. A estas árvores juntam-se outras não necessariamente produtoras de fruta como são os casos de *Mutsotso*, *Chanatse*, *Simbire* e *Tsotso*.

As laranjeiras, mangueiras e cajueiros, papaieiras, bananeiras, são espécies raras no distrito, de cujas sementes os habitantes locais gostariam de beneficiar para o fomento.

Parte das espécies indígenas mencionadas são a maior fonte de energia lenhosa para a confecção de alimentos nas famílias, por um lado e, por outro, são também a fonte de aquisição de material de construção local. Assim, *Simbire* e o *Chanatse* têm providenciado a população estacas usadas para se erguer a habitação, ao mesmo tempo que também delas se extrai a lenha. A vegetação, principalmente o capim é cortado e preparado para a cobertura das casas.

A importância que a população atribui as árvores tem se feito sentir nas plantações agrícolas, onde a consociação de variedades alimentares com espécies indígenas de árvores, como o *Canhoeiro*, o *Macuacua* e o *Tinhiri*, se salienta. As vantagens de ter árvores identificadas pelos entrevistados foram que estas são uma fonte de frutos (20%) e fonte de sombra (10%). No entanto, apesar de estas constituírem vantagem algumas famílias enumeraram algumas desvantagens onde foram destacadas as seguintes: (20%) disseram que tiravam o sol das culturas, (30%) mencionaram que a mobilização do solo torna-se difícil, que estas são más para as culturas.

Água

Dados obtidos nas entrevistas indicam que uma grande parte das pessoas (70%) obtêm a água para beber do rio, enquanto que (30%) obtêm dos furos e uma menor parte obtêm a água de poças de água. É de salientar que tanto na

época chuvosa como na época seca a fonte de obtenção de água é a mesma. As distâncias que as pessoas percorrem durante as duas épocas é a mesma. A maioria (60%) mencionou que tinha que percorrer 1 Km para obter água, enquanto que (30%) e (20%) mencionaram que tinham de percorrer até meio dia e na própria exploração, respectivamente.

As fontes de água pertencem a toda gente responderam (90%) dos entrevistados, enquanto que (20%) e (10%) disseram pertencer a aldeia e ao chefe tradicional, respectivamente. Assim não existem conflitos para a obtenção de água, mencionaram (40%) dos agregados entrevistados, mas caso estes existam os chefes das aldeias (30%) e chefes tradicionais (20%) são os que medeiam este tipo de conflitos.

5 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A análise feita neste trabalho, procurou compreender o modus vivendi das comunidades rurais do distrito de Massangena, as relações de parentesco que se estabelecem entre membros de um determinado agregado familiar, relacionadas com a insegurança alimentar em períodos de secas, inundações, guerras, pragas e outras formas de insuficiência alimentar, a partir do estudo de caso do distrito de Massangena, utilizando dados recolhidos no trabalho de campo e documentos escritos de diversos arquivos.

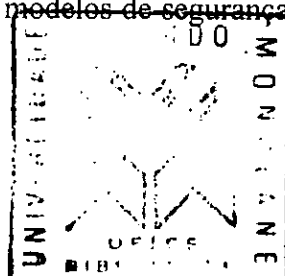
O objectivo presseguido foi tentar conhecer a realidade cultural deste vasto território, a forma como os homens se governam em sociedade, tomando em consideração as suas necessidades fisiológicas e biológicas, seus hábitos alimentares através da etnografia dos alimentos, a maneira como se faz a sua distribuição dentro do agregado e a sua composição em termos de micronutrientes necessários ao funcionamento pleno do organismo.

Os governos devem estar cientes que os programas de desenvolvimento tem que passar necessariamente pela consideração que se deve dar a componente capital humano que é o factor decisivo para o sucesso de qualquer empreendimento.

O entendimento das relações sociais que se estabelecem entre os membros duma sociedade só é possível dentro de um contexto global em que se insere a experiência humana.

É neste contexto que a economia alimentar das comunidades rurais, funciona dentro das instituições sociais que asseguram a interacção entre os diferentes grupos domésticos dispersos, tanto no campo da produção como da circulação de bens.

As mudanças ocorridas em 1987 com o aparecimento das organizações não-governamentais foram-se expressando em variações de "matriz tradicional" pois que as pessoas passaram a depender mais de ajudas externas (doações) do que propriamente da circulação de bens entre os seus membros. As mudanças conjunturais que se verificam no país trouxeram a integração de novos elementos, dentro daquilo que podemos considerar de empreendimento colectivo dos agregados familiares, os velhos modelos de segurança alimentar



e nutrição foram perdendo a sua matriz e incorporando-se nos novos modelos fazendo uso ao sistema moderno de comida pelo trabalho vulgarmente conhecido por "Trabalho pela comida".

Antes desta modernização é necessário salientar que as relações de parentesco foram e continuam a ser o quadro dominante das actividades económicas, sociais e culturais destas comunidades, as velhas hierarquias permanecem embora as autoridades tradicionais (régulos, chefes de terras, chefes religiosos, etc.) aparentemente deixaram de ter o papel que tinham de velar pelo poder e justiça, mas continuam a ter a mesma influência dentro das comunidades em relação as cerimónias de exaltação dos antepassados e na resolução dos conflitos.³⁶

Apesar das mudanças, as condições de produção na prática não se alteraram, permanecendo na mesma dependência em relação a chuva.

Deste modo as relações de parentesco que se estabelecem entre os membros da comunidade por si só não são capazes de solucionar os problemas de segurança alimentar e nutricional, é necessário que as instituições do Estado, o Governo tome medidas adequadas para colmatar os problemas de insegurança alimentar e nutricional principalmente nesta fase de mudanças que o país atravessa.

Para isso somos de opinião que as prioridades do Governo e seus parceiros na segurança alimentar a médio e longo prazo, devem basear-se no seguinte:

- Ter em consideração as especificidades culturais de cada região assim como a estrutura de parentesco pode exercer um papel fundamental na organização da produção, distribuição e consumo de alimentos;
- Identificar as principais fontes de produção e aquisição de alimentos no seio das populações;
- Identificar os hábitos nutricionais da região e os principais problemas;

³⁶ Na reunião havida recentemente na Cidade da Beira orientada pelo Presidente da República com os Governadores e Administradores sobre a Administração e Poder Local, o debate centrou-se em torno da legalização do poder destes.

- Fazer uma abordagem das principais carências de alimentos dentro dos agregados familiares através de uma análise do papel das relações de parentesco no processo da disponibilidade, acesso e utilização dos alimentos. Isto pode contribuir para a melhoria da efectividade dos programas de desenvolvimento rural, produção alimentar e planeamento para garantir a segurança alimentar e nutricional através de medidas políticas mais abrangentes e efectivas como: a
 - Manutenção de um quadro administrativo e legal a fim de garantir o acesso à terra para a pequena agricultura camponesa.
 - Reabilitação e construção de vias de comunicação para facilitar o serviço das zonas rurais.
 - Sistema performante de informação sobre os mercados.
 - Dispositivo de investigação e de vulgarização orientado de modo a promover a adopção de novas tecnologias através da agricultura camponesa.
 - Mercado financeiro reforçado com serviços adaptados aos pequenos comerciantes e aos produtores.
 - Desenvolvimento dos cuidados de saúde reprodutiva.
 - Redução das perdas após colheita.
 - Programas para a eliminação das carências em micronutrientes.
 - Educação nutricional e a melhoria da saúde infantil e uma repartição mais equilibrada da alimentação no seio dos agregados familiares.
 - Desenvolvimento da coordenação com as ONGs e as outras organizações

da sociedade civil a fim de alargar os benefícios dos programas nacionais ao conjunto do território, prosseguir a busca de mecanismos comunitários de protecção social em vista de uma distribuição dos recursos para os membros da comunidade nacional em situação de insegurança alimentar.

- Instalar uma reserva física e financeira de segurança alimentar.

6 - BIBLIOGRAFIA

ADAM, Yussuf, 1991: "Guerra, Fome, Seca e Desenvolvimento: Lições de Changara, Moçambique", in *Arquivo*, 10: 185-207.

ADAM, Yussuf; Cruz e Silva, Teresa, 1988: "Mercados e Preços nas Zonas Rurais de Moçambique". CEA.

ALBERTO, Manuel Simões - O Problema da Alimentação entre as Populações Rurais de Moçambique (estudo apresentado a Iª Conferência do "Bem-Estar Rural" realizada em Lourenço Marques), Separata do Boletim Oficial nº 83 - Janeiro a Fevereiro, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1954.

ALMEIDA SERRA, A. M., 1991: "Política Agrária e Desenvolvimento Económico e Social na República Popular de Moçambique, 1975-1985: Contribuição para o Estudo da Economia Política da República de Moçambique", Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa [Tese de Doutoramento].

AUGÉ, Marc - Os Domínios do Parentesco (Filiação, Aliança Matrimonial e Residência). Lisboa, Edições 70, 1978.

BALANDIER, G. - Antropologia Política. Lisboa. Editora Presença. 1987

Banco Mundial - Africa Subsaariana: Da Crise até ao Crescimento Sustentável. Washington. 1990.

BARATA, O. S. (1990) (b) - Introdução as Ciências Sociais. Vol. II. Lisboa. Bertrand Editora. 1990.

BODLEY, J. - Cultural Anthropology: Tribes, States, and the Global System s/e, s/l, 1994.

CARVALHO, Mário de - Agricultura Tradicional de Moçambique, distribuição geográfica das culturas em relação com o meio. Lourenço Marques. Missão de Inquérito Agrícola em Moçambique. 1969.

CASAL, Adolfo Yañez, 1988: "A Crise da Produção familiar e as Aldeias Comunais em Moçambique", in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 8/9: 157-191.

CEA, 1979: Problemas da Transformação Rural na Província de Gaza. Um estudo sobre a articulação entre aldeias comunais seleccionadas, cooperativas agrícolas e a Unidade de Produção do Baixo Limpopo".

CHUNG, K., L. Haddad, J. Ramakrishna, F. Riely. 1997. Identifying the food insecure: The application of mixed-method approaches in India. International Food Policy Research Institute, Washington D.C.

Comissão Nacional do Plano (Instituto Nacional de Estatística)

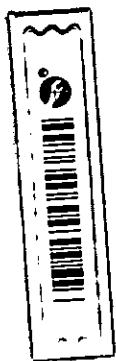
COSTA, Camilo R. C. F. - Terminologia de Alimentação e Nutrição. Brasília. UNICEF. 1973.

DURKHEIM, Émile; Da divisão do trabalho social. Editora Martins Fontes. S. Paulo. Brasil. 1995.

ELISEU & Eduardo Medeiros, 1991: "Formas de Cooperação e Ajuda-Mútua nas Comunidades Nyungwe de Tete. In *Arquivo*, 10: 169-184.

FAO - Organização de Programas de Alimentação das Nações Unidas. Colectiva. Roma. 1982.

FELICIANO, José F. - Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique. A.H.M. Colecção Estudos 12. 1998.



FERREIRA, J. H. Barros e AMARAL, M. Dulce - *Biologia o Homem e a Saúde*. Porto. Edições ASA. 1989.

FOX, Robin - *Parentesco e Casamento*. Lisboa. Vega. 1986.

GARCIA, Rolando - "Food System and Society": A Conceptual and Methodological Challenge. UNRISD. Geneva. December 1981.

GARINE, Igor - *Alimentation et Cultures*. In *Le Courier*. Paris. UNESCO. Mai . 1987.

GEFFRAY, Christian - Para um Estudo da Família como Unidade de Produção. In *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia* n° 2. Maputo. DAA. 1987, pp.3-13.

H. M. Colecção especial, cx. S.e. A11, n° 116 (a,b), Governo do distrito de Gaza "Relatório do Governo 1955 - 1960", Governador Óscar Freire de Vasconcelos Ruas, 1960.

HARTOG, Adel P. den; *Manual for social Surveys on Food Habits and Consumption in Developing Countries/ Adel P. den Hartog; Wija A. van Staveren; Inge D. Brouwer*. --Eikersheim: Margaf. 1995.

IFAD (International Fund for Agricultural Development). 1997. *Annual report*. Rome

IIº Recenseamento Geral da População e Habitação. (Censo/97). Maputo. 1997.

Jornal Notícias do dia 22/06/2000, p.2

JUNOD, A. Henrique - *Usos e Costumes dos Bantus*. (Tomo I: Vida Social). AHM. Maputo 1996.

LATHAM, M.C.; Human Nutrition in Tropical Africa. Rome. FAO. 1979.

MARIE, Alain - Relações de Parentesco e Relações de Produção nas Sociedades de Linhagem. In POULLION, François (Direcção); A Antropologia Económica (correntes e problemas), Perspectivas do Homem/Edições 70. São Paulo. 1976.

MAXWELL, D. - 1996. Measuring food insecurity: The frequency and severity of "coping strategies". *Food Policy* 21 : 291-303.

MAXWELL, S.; T. Frankenberger. 1992. Household food security: Concepts, indicators, measurements. IFAD and UNICEF, Rome.

MEDEIROS, Eduardo - Bebidas Moçambicanas de Fabrico caseiro. Maputo. A.H.M. 1988.

MEILLASSOUX, Claude - Mulheres, Celeiros e Capitais. Edições Afrontamento. Porto. 1976.

Ministério da Saúde - Mal Nutrição em Moçambique. In outros Estudos 1985-1989 (M. 8, 2). Secção de Nutrição. Março.1986.

Ministério da Saúde, - Política Nutricional, Nutrição antes da Independência (B.I). Secção de Nutrição (DNHP).

MIRANDA, António A. de - Nutrição e Vigor. São Paulo. Casa Publicadora. Brasília.

NUNES, Eugénia - A Cultura de Milho. In "Série Agricultura", n 2. Maputo. INIA. 1985.

O'LAUGHLIN, Bridget, 1981: "A Questão agrária em Moçambique", In *Estudos Moçambicanos*, 3: 9-32.

Os Mineiros moçambicanos na África do Sul. CEA. IICM, Maputo, 1979

PARSONS, T. - *The Social System* (Glencoe III, fress Press, 1951).

PINTO, José Madureira et al. - *Metodologia das Ciências sociais*. Porto. Edições Afrontamento. 1987.

POULLION, Johan P. - O Papel da Antropologia Social no Planeamento de uma Melhor Nutrição. In "Trabalhos de arqueologia e antropologia" n° 2. Maputo. DAA. 1987. pp.99-131.

RILEY, F.; N. Moock. 1995. Inventory of food security impact indicators. In *Food security indicators and framework: A handbook for monitoring and evaluation of food aid programs*. IMPACT, Arlington, Va., U.S.A. Draft.

ROCHER, G. - *Sociologia Geral: A Acção Social*. Editorial Presença Lda., Lisboa, 1989.

SERRA, Carlos - *Como a Penetração Estrangeira Transformou o Modo de Produção dos Camponeses Moçambicanos*. Vol. I e II. Maputo. Imprensa Nacional. 1986.

Sistemas Alimentarios y Sociedad (XVI. Session del Consejo. Gienebra. 10/11 de Julio 1978).

The American Community. New York. Random.

UNRISD - (United Nations Research Institute for Social Development).

VERINE, Helene - Entrepreneur, entreprise, quelques remarques historiques pour leur definition, entreprise et entrepreneurs en afrique XIX et XX siècle. Tome I. L'Harmattan. 1983.

WUYTS, Marc - Camponeses e Economia Rural em Moçambique, CEA, Agosto, 1978.

WUYTS, Marc - Economia Política do Colonialismo. In "*Estudos Moçambicanos*", n° 1. Maputo. CEA. 1980.

YOUNG, Helen; JASPARS, Susanne - Nutrition Matters: People, Food and Famine. London, Intermediate Technology Publications, 1995, pp.32-41.

QUESTIONÁRIOS

ANEXO A

ITEMS OBSERVADOS NA RECOLHA DE DADOS ETNOGRÁFICOS DE ALIMENTOS

A1 - GEOGRAFIA SOCIAL DA COMUNIDADE

- 1 – Tipo de comunidade (vila, suburbio, quarteirão cidade)
- 2 – Quais são os meios de subsistência da comunidade (agricultura de subsistência, culturas de rendimento, pesca, indústria e comércio, sector formal e informal)?
- 3 – Meios de comunicação (principais estradas, caminhos de ferro, marítimo, aeroporto)
- 4 – Distância entre os meios de comunicação
- 5 – Vegetação da zona
- 6 – Geografia da zona (planície, serrania, montanhosa)

A2 - ESTRUTURA SOCIAL DA COMUNIDADE

- 1 – Estrato social do grupo a investigar (elite, classe média, classe baixa, inquilino, trabalhador por conta próprio, trabalhador do Estado, casta, grupo étnico e religioso).
- 2 – Serviços sociais (escolas, serviços médicos incluindo hospitais, médicos, enfermeiros, dispensários, programas de bem estar social, facilidades de

- crédito, extensão rural programas de intervenção nutricional).
- 3 – Mercado de alimentos (mercados, casas de pasto, quiosques, casas de venda de alimentos, padarias e talhos).
 - 4 – Qual é a extensão e como o grupo usa esses serviços?
 - 5 – Existe práticas de medicina tradicional e outros conselhos ou consultas em matéria de saúde?
 - 6 – Quem é proprietário da terra, de culturas, gado, barcos de pesca, industrias, casas e outras fontes?
 - 7 – Quem decide sobre as políticas internas e externas da comunidade?
 - 8 – Quem são considerados líderes da população (homens, mulheres ou ambos)?
 - 8 – Existem recursos monetários na agricultura da comunidade disponíveis para cobrir as necessidades alimentares para todos os membros da comunidade? Se não como aplicar para toda a comunidade ou a certas categorias dentro do grupo?

A3 - FORNECIMENTO DE ALIMENTOS

- 1 - Qual é o tipo de sistema de produção agrícola e proprietários de terra (agricultura de subsistência, culturas de rendimento, tamanho da machamba, pequenas associações, Estado)?
- 2 – Que tipos de implementos agrícolas e que tipo de técnicas são usados (enxadas, pás, picaretas, arado, charrua, irrigação, culturas em terraço, técnicas de rotação com pousio)?
- 3 – Quais tarefas agrícolas são para homens e quais são para mulheres?

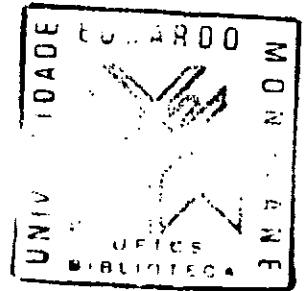
4 – Qual é o calendário agrícola?

5 – Que tipo de culturas são cultivados (legumes, vegetais, produtos básicos ou culturas permanentes)?

6 – Que espécies de árvores são plantadas?

7 - Que tipo de animais são criados?

8 – Que tipo de peixe é apanhado?



9 – Métodos de pesca usados (rede, armadilha, envenenamento, anzol)?

10 – Que espécie de alimentos são colectados (animais e plantas)?

11 – Que espécie de animais são caçados ou armadilhados para alimentação e quando?

12 – Que tipo de alimentos são obtidos individualmente na farmer ou por troca)?

13 – Quem vai comprar alimentos no mercado, loja ou outro lugar?

14 – Que tipo de alimentos são comprados no mercado?

15 – Existem práticas comuns de adulteração de alimentos e se sim quais são e como?

16 – Quem providência dinheiro para compra de alimentos no mercado?

17 – Que tipo de alimentos são dados e recebidos como presente?

18 – São os alimentos trocados. Se sim para quê?

A4 – PRINCIPAIS MÉTODOS DE ARMAZENAMENTO E CONSERVAÇÃO DE ALIMENTOS

- 1 – Que tipo de alimentos são armazenados?
- 2 – Onde são armazenados os alimentos (dentro ou fora da residência, em silos, panelas de barro ou outros meios)?
- 3 – Métodos de preservação, i.e. fumaça, piri-piri, fermentando, salgando, secando (ar, sol, mecanicamente)?
- 4 – Quem são os proprietários dos armazens e quem faz a distribuição de alimentos?

A5 – PREPARAÇÃO DOS ALIMENTOS

- 1 – Quem vai buscar a lenha para cozinhar?
- 2 – Quem vai buscar a água para cozinhar?
- 3 – Que tipo de água é fornecida (água potável dentro de casa, água potável fora de casa, água do rio, outro tipo; distância)?
- 4 – Existe água disponível para todos em todo ano?
- 5 – Qual é o método usado para fazer fogo (fósforos, madeira, fricção, percussão, martelada)?
- 6 – Que tipo de fogão é usado na cozinha (fogão eléctrico, fogão eléctrico com forno, fogão a gás com forno, fogão a kerosene, lenha e pedra, fogão a carvão, caixa protectora)?

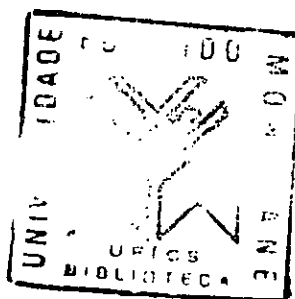
- 7 – Que tipo de utensílios de cozinha são usados e que tipo de material são feitos?
- 8 – Qual é o tipo de material para cozinha é preferido e qual é o tipo usado actualmente?
- 9 – Como ele é obtido (colecta ou compra)?
- 10 – Qual é a distância do lugar de compra e o lugar da colecta?
- 11 – A lenha é armazenada para a preparação de alimentos?
- 12 – Quem cozinha?
- 13 – Quem assiste a preparação dos alimentos?
- 14 – Onde a comida é preparada (dentro ou fora da residência ou ambas formas)?
- 15 – Como são preparados os diferentes tipo de alimentos?
- 16 – Como são preparadas os diferentes tipos de bebidas?
- 17 – Qual é o tipo de sal utilizado para a preparação de alimentos (sal tradicional e.g. sal do mar, extraído das plantas, sal comercial refinado, regular ou iodizado)?
- 18 – Que tipo de estimulantes são usados para aumentar a vitalidade e actividade intelectual (café, chá, cocoa, nozes)?
- 19 – Que tipo de digestivos são usados?

A6 – DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS A NÍVEL DO AGREGADO FAMILIAR

- 1 – Quantas refeições são servidas a que horas e depois de que trabalho?
- 2 – Quais são os diferentes grupos de comidas durante o tempo?
- 3 – De quem é a responsabilidade para distribuição de comida dentro do agregado e que tipo de comida é distribuída?
- 4 – Cada membro do agregado familiar come no seu próprio prato?
- 5 – Os membros do agregado familiar comem todos no mesmo prato ou pote?
- 6 – Existe o hábito de lavar as mãos antes da refeição?
- 7 – A refeição é comida com as mãos?
- 8 – Se não quais são os instrumentos usados? (garfo, colher, faca, etc.)?

A7 – TABUS ALIMENTARES

- 1 – Quais tipos de bebidas e comidas não consumidos pelas seguintes categorias: crianças; raparigas; rapazes; mulheres durante a menstruação, mulheres durante a gravidez; mulheres durante a lactação; todas mulheres; todos homens?
- 2 – Em que estação do ano estes alimentos e bebidas são evitados?
- 3 – Que tipo de bebidas não são consumidas durante a doença pelos adultos e pelas crianças?



4 – Que tipo de alimentos não são consumidos durante as festas religiosas ou outras ocasiões especiais?

5 – Estas festas envolvem todos membros da comunidade, ou somente categorias específicas tais como, homens, mulheres, grupos de iniciantes ou sacerdotes?

A8 - ALIMENTOS E BEBIDAS ESPECIAIS

1 – Que tipo de alimentos e bebidas são consumidos por mulheres grávidas?

2 – Que tipo de alimentos e bebidas são consumidos por mulheres durante a lactação?

3 – Que tipo de comidas e bebidas são preparados, vendidos ou dados por ocasião de: nascimento de uma criança; ritos de puberdade dos rapazes e das meninas; casamentos; funeral; cerimónias de sementeiras e colheita; outras ocasiões ou dias festivos?

4 – Que tipo de comidas e bebidas são oferecidos aos (distintos) hóspedes?

A9 – O QUE É QUE AS PESSOAS PENSAM ACERCA DE:

1 - Que tipo de alimentos e bebidas as mulheres consideram melhores e que tipo elas consideram menos bons para os maridos, viúvas, mulheres grávidas, mulheres em lactação, crianças amamentadas (alimentos suplementares), crianças em idade escolar, crianças doentes, adultos doentes e velhos?

2 – Que tipo de plantas, animais ou parte de animais são consideradas prejudiciais para consumo e porquê?

3 – Existe um sistema próprio de classificação de alimentos pelas populações?

A10 – HÁBITOS ALIMENTARES DURANTE OS PERÍODOS DE FOME

1 – Que tipo de alimentos foram consumidos durante o último período de armazenamento da comida?

2 – Qual foi a comida natural armazenada?

- a. Sazonal, tal como armazenagem da pré-colheita
- b. Não-Sazonal, mas ocorre de tempos a tempos tal como a má colheita
- c. Não-Sazonal mas muito raro
- d. Outros

3 – Que tipo de alimentos são consumidos durante os períodos de fome?

4 – Existe alimentos particulares que são consumidos durante a época de fome?

5 – Existe usualmente substâncias como casca ou raízes usados como alimentos durante épocas de fome?

6 – Por quem o agregado familiar é suportado durante períodos de fome?

7 – São os números das refeições reduzidos durante o dia em épocas de fome?

A11 – ALIMENTOS PREFERIDOS

1 – Que tipo de alimentos e bebidas os homens e as mulheres gostam mais de comer?

2 – Quais são as razões dessas preferências?

- 3 – Que tipo de alimentos e bebidas os homens e as mulheres não gostam de comer?
- 4 – Quais são as razões de eles não gostarem?
- 5 – Qual é o tipo de comodidade de alimentos e não alimentos os homens e as mulheres devem gostar de comprar quando tem dinheiro suficientemente e disponível?

ANEXO B

QUESTIONÁRIO DA ETNOGRAFIA DE ALIMENTOS

B1 – MEMBROS DO AGREGADO FAMILIAR

Este questionário deve ser respondido pelo chefe do agregado familiar. O agregado familiar é definido como sendo pessoas que comem regularmente na mesma casa. O questionário é dividido em duas subsecções e a primeira (B1.1) dá-nos informação demográfica e a segunda (B1.2) informação sócio-económica dos membros do agregado familiar. Existem várias possibilidades os quais podem influenciar os hábitos alimentares. Esta subsecção está estruturada da seguinte forma: nome do lugar, endereço do agregado familiar ou pequenas indicações da situação da casa. Depois da secção a assinatura do supervisor e a data da entrevista.

B1.1 – DEMOGRAFIA

- Número da pessoa. Cada membro do agregado familiar será dado um código com número a ser usado através do questionário.
- Nome de cada membro do agregado familiar
- Grau de parentesco do chefe do agregado familiar. Lugar de cada pessoa separado por uma linha e uma lista de pessoas na seguinte ordem:
 - 1 – Chefe masculino;
 - 2 – Chefe feminino;
 - 3 - Crianças adultas e jovens (mencionar a relação com o chefe do agregado, filho ou filha);
 - 4 – Outros membros da família. Começando primeiro com jovens casados, suas esposas e crianças;
 - 5 – Outros membros do agregado tais como empregados ou hóspedes

- Sexo: Masculino ou Feminino.
- Data de nascimento: Anos se não conhecer os anos estimar em aproximação através de dados históricos.
- Estado civil. Indicar se aplicável, primeira, segunda esposa ou marido, viúvo ou viúva, divorciada.

B1.2 - INFORMAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA

- Número da pessoa, nome. Repetir como o (B1.1)
- Grupo Étnico. Se possível indicar qual o grupo étnico ou tribo que cada pessoa diz pertencer.
- Religião. Religião a qual diz pertencer.
- Nível de escolaridade. Nível final da escola primária a secundária, ou outro nível educacional. Se a pessoa não recebeu nenhuma educação formal mas pode ler e escrever, escreve-se como instruída e a língua em que ele/a foi instruída.
- Principal ocupação. Quando mais de metade de total de horas de trabalho são dedicados a uma ocupação.
- Outra ocupação. Quando menos de metade das horas de trabalho são dedicados a outras ocupações.
- Estado de emprego. Conta própria, trabalhador do Estado, empregado numa firma privada ou desempregado/a.
- Lugar de trabalho. Dentro da comunidade, em outro lugar ou lugar do Estado.

Lugar..... Endereço..... Nome do trabalhador de campo..... Data.....

Assinatura do Supervisor.....

B1 - MEMBROS DO AGREGADO FAMILIAR

B1.1 - DEMOGRAFIA (Informação do chefe do agregado familiar)

Identificação nº do agregado familiar:

Nome do chefe do agregado familiar:

Nº da pessoa	Nome	Grau de parentesco com o chefe do agregado familiar	Sexo	Data de nascimento	Idade (Anos)	Estado civil
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						

